



COALITION FOR
HUMAN RIGHTS IN
DEVELOPMENT

DESMISTIFICANDO O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

Como os bancos públicos
de desenvolvimento impactam
os povos e o planeta





DESMISTIFICANDO O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO COMO OS BANCOS PÚBLICOS DE DESENVOLVIMENTO IMPACTAM OS POVOS E O PLANETA

Coalizão para os Direitos Humanos no Desenvolvimento, setembro de 2023

O presente relatório foi redigido coletivamente por membros e parceiros da Coalizão para os Direitos Humanos no Desenvolvimento.

Esta publicação conta com uma licença CC-BY-SA – Attribution-ShareAlike creative commons. O texto pode ser usado gratuitamente para fins de defesa de direitos, campanhas, educação e pesquisa, desde que a fonte seja plenamente reconhecida. O presente relatório foi concebido como um documento vivo: toda e qualquer parte do material poderá ser duplicada, modificada, traduzida ou ajustada para servir ao seu trabalho de defesa de direitos coletivo, mas pedimos gentilmente que você reconheça a fonte adequadamente, não use o material para fins comerciais e nos mantenha cientes de como pretende modificar e usar este relatório.

Para mais informações: rightsinddevelopment.org/PDBs

contact@rightsinddevelopment.org
contato@conectas.org



CARTA DE APRESENTAÇÃO

Temos o prazer de apresentar a versão brasileira do relatório “Desmistificando o Financiamento do Desenvolvimento: como os Bancos Públicos de Desenvolvimento impactam os povos e o planeta”. Lançado inicialmente em inglês em setembro de 2023, o documento é fruto de um esforço coletivo entre membros e aliados da **Coalizão pelos Direitos Humanos no Desenvolvimento**, uma coalizão global de movimentos sociais, organizações da sociedade civil e grupos de base - da qual a Conectas Direitos Humanos faz parte - que trabalham juntos para garantir que o desenvolvimento seja liderado por comunidades e que respeite, proteja e cumpra os direitos humanos.

Embora pouco conhecidos pela maioria das pessoas, os bancos públicos de desenvolvimento (BPDs) são alguns dos atores institucionais mais poderosos da economia global, afetando direta ou indiretamente a vida das populações e o bem-estar do próprio planeta.

Como instituições financeiras nacionais (como o BNDES) ou internacionais (como o Banco Mundial) vinculadas a governos, os BPDs utilizam recursos dos contribuintes para investimentos que devem ser guiados pelos objetivos de políticas públicas.

Nos últimos anos, têm aumentado as pressões para expandir o tamanho dos bancos públicos de desenvolvimento e seus portfólios de investimento, sob o argumento de que desempenham um papel fundamental para o enfrentamento de desafios como a eliminação da pobreza, a redução de desigualdades e as mudanças climáticas. Mas será que os fatos correspondem a essa narrativa?

Esta publicação oferece uma visão reveladora sobre a atuação dos BPDs e os seus profundos impactos no mundo. Com estudos de caso e evidências de diversas regiões, o relatório conclui que, tipicamente, os bancos estão, na verdade, exacerbando problemas que alegam resolver. De fato, os principais achados do relatório demonstram que os bancos públicos de desenvolvimento:

- afirmam que capacitam as pessoas a atingirem seu pleno potencial, mas seu modelo de desenvolvimento de cima para baixo exclui comunidades da tomada de decisões, causando danos;
- alegam que o financiamento de serviços públicos é uma prioridade, mas, na verdade, promovem

- a privatização da saúde, água e outros serviços essenciais, o que agrava a desigualdade;
- argumentam que a sua missão é erradicar a pobreza, mas sobrecregam os países com dívidas e austeridade que contribuem para o empobrecimento da população;
- possuem salvaguardas sociais e ambientais, mas estas são insuficientes para evitar que investimentos acabem prejudicando comunidades e agravando a crise climática;
- afirmam que garantem uma participação segura, mas, ao mesmo tempo, apoiam governos autoritários e empresas conhecidas por violarem os direitos humanos.

A publicação conclui que os BPDs se escondem atrás de termos como “desenvolvimento sustentável”, enquanto promovem um desenvolvimentismo arcaico subordinado à lógica de mercado e aos interesses de grandes grupos privados, com a apropriação de bens públicos e territórios comunitários, a exploração implacável dos recursos naturais e a privatização de serviços públicos. Resultado: agravamento de desigualdades, ataques a vozes dissidentes e o crescente endividamento dos países.

Nesta versão brasileira, incluímos exemplos ilustrativos da atuação no país de bancos públicos de desenvolvimento, como o Novo Banco de Desenvolvimento (Banco dos BRICS) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, identificando avanços, lacunas, contradições e desafios para melhorar seu desempenho.

Para a Conectas Direitos Humanos, essa publicação é um poderoso instrumento para que a sociedade brasileira entenda e se aproprie da relevância e do impacto dos bancos de desenvolvimento na vida das populações e no bem-estar do próprio planeta. Esperamos que a publicação estimule a sociedade civil a considerar o impacto dos bancos de desenvolvimento nas mais diferentes esferas de atuação e a pensar a importância de desenvolvermos estratégias de atuação frente a esses relevantes atores.

Conectas Direitos Humanos





ÍNDICE

SIGLAS	6
SUMÁRIO EXECUTIVO	7
SOBRE O PRESENTE RELATÓRIO	8
O QUE SÃO BANCOS PÚBLICOS DE DESENVOLVIMENTO?	8
QUAL A IMPORTÂNCIA DOS BPDs?	12
HISTÓRIA DOS BPDs E SUAS MOTIVAÇÕES	14
MAIOR COOPERAÇÃO PARA PROMOVER CRESCIMENTO ECONÔMICO COM BASE NO MERCADO	14
BPDs COMO ATORES E ESPAÇOS GEOPOLÍTICOS	16
TENDÊNCIAS DE INVESTIMENTO	17
INFRAESTRUTURA	18
ENERGIA E CLIMA	19
DIGITALIZAÇÃO	23
RESPOSTA E RECUPERAÇÃO À PANDEMIA DA COVID-19	24
EMPRÉSTIMOS CONDICIONADOS A REFORMAS POLÍTICAS	24
AUMENTO DA PRIVATIZAÇÃO E DA FINANCEIRIZAÇÃO	25
SETOR PRIVADO PRIMEIRO	25
PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPPs)	27
FINANCEIRIZAÇÃO	27
INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS (IF)	28
SALVAGUARDAS E POLÍTICAS DE RESPONSABILIZAÇÃO DE BPDs: PONTOS FORTES E LIMITAÇÕES	30
PONTOS FORTES	30
PROTEÇÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS	30
TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO	31



RESPONSABILIZAÇÃO	31
LIMITAÇÕES	31
GRANDES PARTES DO TRABALHO DOS BPDs EXCLUÍDAS DAS SALVAGUARDAS	32
IMPLEMENTAÇÃO FRACA DE SALVAGUARDAS	32
REPARAÇÕES CONTINUAM A SER RARAS	32
LACUNAS DE RESPONSABILIDADE	33
MUITOS BPDs AINDA SÃO BASTANTE OPACOS	33
ENFRAQUECIMENTO DAS SALVAGUARDAS	33
SALVAGUARDAS NÃO PODEM SUBSTITUIR A LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS	33
DEFINIÇÃO DE NORMAS: O IMPACTO SISTÊMICO DE BPDs EM POLÍTICAS E PRÁTICAS	34
DEFINIÇÃO DE NORMAS GLOBAIS	34
DEFININDO POLÍTICAS E PRÁTICAS NACIONAIS	35
INFLUENCIANDO PESSOAS E A CULTURA GOVERNAMENTAL	35
SERVIÇOS CONSULTIVOS E DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA	36
REFORMA DE POLÍTICAS	36
EFEITO DE DEMONSTRAÇÃO	37
INFLUENCIANDO POLÍTICAS E PRÁTICAS DO SETOR PRIVADO	37
PREJUDICANDO COMUNIDADES, PAÍSES E O PLANETA	38
INCENTIVO A REPRESÁLIAS E ABUSOS DE DIREITOS	38
POLUIÇÃO E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL	39
MAIOR ENDIVIDAMENTO PÚBLICO	40
CONCLUSÃO	40
NOTA SOBRE A METODOLOGIA	41
FERRAMENTAS E RECURSOS SOBRE BPDs	42
GLOSSÁRIO	43



SIGLAS

- ADB** Banco Asiático de Desenvolvimento
- AfDB** Banco Africano de Desenvolvimento
- ASEAN** Associação de Nações do Sudeste Asiático
- BAII** Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura
- BID** Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BMD** Banco Multilateral de Desenvolvimento
- BPD** Banco Público de Desenvolvimento
- BRICS** Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
- BCIE** Banco Centro-Americanano de Integração Econômica
- CDB** Banco de Desenvolvimento da China
- CLPI** Consentimento Livre Prévio e Informado
- CPP** Estratégia de Parceria de Países
- BERD** Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento
- ECA** Agência de Crédito de Exportação
- BEI** Banco de Investimento Europeu
- ESG** Ambiental, Social e Governança
- FI** Intermediário Financeiro
- FMI** Fundo Monetário Internacional
- FMO** Banco Holandês de Desenvolvimento Empresarial
- GCF** Fundo Verde para o Clima
- IFC** Corporação Financeira Internacional
- ISR** Investimento Socialmente Responsável
- NDB** Novo Banco de Desenvolvimento
- OCDE** Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
- ODS** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- ONU** Organização das Nações Unidas
- PPP** Parceria Público-Privada
- UNFCCC** Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas



SUMÁRIO EXECUTIVO

Bancos Públicos de Desenvolvimento (BPDs) são alguns dos atores mais poderosos da economia global. Os recursos que mobilizam e suas prioridades em termos de política podem afetar – direta ou indiretamente – as nossas vidas e o bem-estar do próprio planeta. BPDs financiam projetos, fornecem suporte orçamentário geral e empréstimos a governos e corporações, promovem reformas políticas, estabelecem normas globais e servem como ferramentas geopolíticas para os respectivos governos. Sua importante influência permite que ajam como governos paralelos na arquitetura financeira internacional, bem como em países e regiões do Sul Global.

Desde a criação do Banco Mundial em 1944, o número dessas instituições e o papel que exercem têm crescido exponencialmente. Nos últimos anos, sobretudo depois do impacto da pandemia de Covid-19, os BPDs têm defendido que tenham um papel ainda maior, com a utilização de mais recursos financeiros para reagir à crise climática e para evitar futuras pandemias.

Mas será que sua narrativa corresponde à realidade dos fatos? Os BPDs estão mesmo reagindo às causas-raiz da atual crise generalizada, levando o desenvolvimento sustentável adiante e enfrentando a pobreza, as desigualdades e a mudança climática?

A análise coletiva elaborada neste documento identifica alguns dos principais desafios do modelo de desenvolvimento atualmente defendido por BPDs em seus projetos, políticas e práticas. Por meio de estudos de caso e uma visão geral das principais tendências de financiamento do desenvolvimento público, o documento mostra como – com muita frequência – os BPDs acabam exacerbando a crise generalizada em vez de atacar suas origens.

Alguns efeitos dos investimentos de BPDs, como os impactos sociais e ambientais de megaprojetos por eles financiados, são mais visíveis. Outros, como a privatização de serviços públicos e o crescente endividamento de países do Sul Global, podem ficar mais ocultos. De todo modo, análises desses impactos mostram como os BPDs tipicamente prejudicam os caminhos e prioridades de desenvolvimento de povos, comunidades e países do Sul Global, reforçando desequilíbrios de poder e uma abordagem de desenvolvimento “de cima para baixo”.

Conforme explicado na seção sobre metodologia, o presente documento foi produzido em colaboração e com a assessoria de organizações e ativistas que

trabalham no mundo inteiro em diversos tópicos, desde direitos humanos até endividamento e mudança climática. Não se trata de uma análise aprofundada; a intenção é fornecer uma visão geral de BPDs, tendências-chave em seus investimentos e prioridades, e alguns dos principais impactos que causam ou para os quais contribuem.



Dia de Ação das OSC durante as Reuniões de Primavera do Banco Mundial em Washington, 2023.
Crédito: Sustentarse.



SOBRE O PRESENTE RELATÓRIO

Apesar do papel crucial que exercem e do alcance de seus impactos, poucas pessoas sabem o que são bancos de desenvolvimento. A presente análise, desenvolvida a muitas mãos, pretende criar uma base de evidências compartilhada e de compreensão para comunidades, movimentos, defensores de direitos humanos, organizações da sociedade civil (OSCs) e outros aliados sobre o que são Bancos Públicos de Desenvolvimento (BPDs) e como afetam o mundo. Ao construir uma narrativa da sociedade civil sobre os impactos e ações dos BPDs, o documento também desafia narrativas dos BPDs sobre o que alegam ser.

O relatório começa com uma breve visão geral sobre o que são os BPDs, sua história, os motivos pelos quais são importantes, suas motivações subjacentes e as tendências de seus investimentos. Na sequência, o texto discute suas **salvaguardas** ambientais e sociais e sua estrutura de responsabilidade, abordando tanto aspectos positivos quanto limitações. Por fim, são

abordados impactos visíveis e ocultos de atividades que contam com o apoio de BPDs.

A maioria dos exemplos deste relatório provêm de BPDs multilaterais maiores, como o Banco Mundial, além de bancos multilaterais regionais, como o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB, na sigla em inglês). Também nos debruçaremos sobre BPDs nacionais – especificamente aqueles da China e da Europa – que concedem empréstimos internacionais, incluindo agências nacionais de crédito para exportação.

Quaisquer generalizações no presente relatório devem ser lidas com a ressalva de que BPDs são incrivelmente diversos em suas estruturas e atividades. Como a intenção é de que este seja um documento vivo, acolheremos as orientações e críticas dos leitores para desenvolver análises futuras sobre tendências e impactos diferenciados, inclusive nos níveis nacional e regional.



Pescadoras afetadas pela usina a carvão de Sendou, no Senegal.

Crédito: Lumière Synergie pour Développement (LSD).

O QUE SÃO BANCOS PÚBLICOS DE DESENVOLVIMENTO?

O panorama dos Bancos Públicos de Desenvolvimento (BPDs) é complexo e multifacetado. Não há uma definição universal a respeito de BPDs e das instituições que esse termo engloba, mas pode-se dizer que instituições definidas dessa forma compartilham algumas características importantes:

- são propriedade e regidas (ao menos em parte) por um ou mais governos;
- trabalham para canalizar recursos públicos para o setor privado, empresas, ou até para pessoas físicas ou organizações não governamentais;

- usam diferentes **mecanismos de financiamento**, incluindo concessões, empréstimos, crédito, garantias, **participação societária** e investimentos indiretos por meio de outras instituições financeiras;
- agem apoiando uma missão de política pública. Ao contrário de bancos comerciais, que operam de modo a maximizar seu lucro, a finalidade declarada dos BPDs é servir ao bem público, apoiando a infraestrutura, setores econômicos ou atividades para as quais o setor privado está indisposto ou é incapaz de apoiar sozinho.



OS BPDs PODEM APRESENTAR DIFERENTES...

MANDATOS



Agricultura

Por exemplo, Banco da Tailândia para a Agricultura e Cooperativas Agrícolas (BAAC)

Clima

Por exemplo, Fundo Verde para o Clima

Apoio à exportação e importação

Por exemplo, Banco de Exportação e Importação da China

Setor privado

Por exemplo, Corporação Financeira Internacional (IFC)

Infraestrutura

Por exemplo, Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB)

Moradia

Por exemplo, o Japan Housing Finance Agency

Redução da pobreza

Associação Internacional de Desenvolvimento

ESTRUTURAS DE PROPRIEDADE



Multilateral

Por exemplo, o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD)

Bilateral

Por exemplo, a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)

GEOGRAFIAS



Global

por exemplo, Banco Mundial, Novo Banco de Desenvolvimento

Regional

por exemplo, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Asiático de Desenvolvimento

Nacional

por exemplo, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil

Subnacional

por exemplo, Banco do Estado do Pará (Brasil)

FORMAS DE FINANCIAMENTO



Empréstimos (a dívida deve ser paga)

Subsídios/ajudas (sem necessidade de reembolso)

Seguros e garantias (proteção contra perdas)

Assistência técnica (orientação/formação)

Investimentos em capital (ações)



Importante ressaltar que o universo das finanças públicas para o desenvolvimento engloba, além dos BPDs,:

- o Fundo Monetário Internacional (FMI);
- as agências bilaterais, como a USAID (Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional, recém extinta pelo governo Trump) e a CIDCA (Agência de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional da China);
- as agências ou programas intergovernamentais de desenvolvimento (como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD).

MANDATOS - Os mandatos de BPDs têm como base a transformação social e econômica, podendo ser estreitos (por exemplo, para dar suporte à construção de moradias ou ao desenvolvimento agrícola) ou mais gerais (como esforços de reconstrução pós-guerra, mitigação da pobreza, mobilização de recursos do setor privado ou integração regional). Hoje, muitos BPDs têm mandatos que incluem o cumprimento dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** (ODS) e, cada vez mais, do **Acordo de Paris, no âmbito da Convenção Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas** (UNFCCC).

Os mandatos também podem fazer parte de seus nomes. O Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII) tem como foco a infraestrutura (especialmente na Ásia, porém não exclusivamente), enquanto o Fundo Verde para o Clima se concentra em ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas entre países em desenvolvimento. De modo semelhante, BPDs voltados para o apoio a empresas em seus países, para realizarem comércios e investimentos em nível internacional, podem ter o nome de agências de crédito de exportação ou bancos de fomento ao comércio exterior.

O mandato dos BPDs também pode ser limitado por seu foco geográfico, que pode ser subnacional, nacional, regional, internacional ou uma combinação de diferentes níveis. Por exemplo, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) investe somente na América Latina e no Caribe.

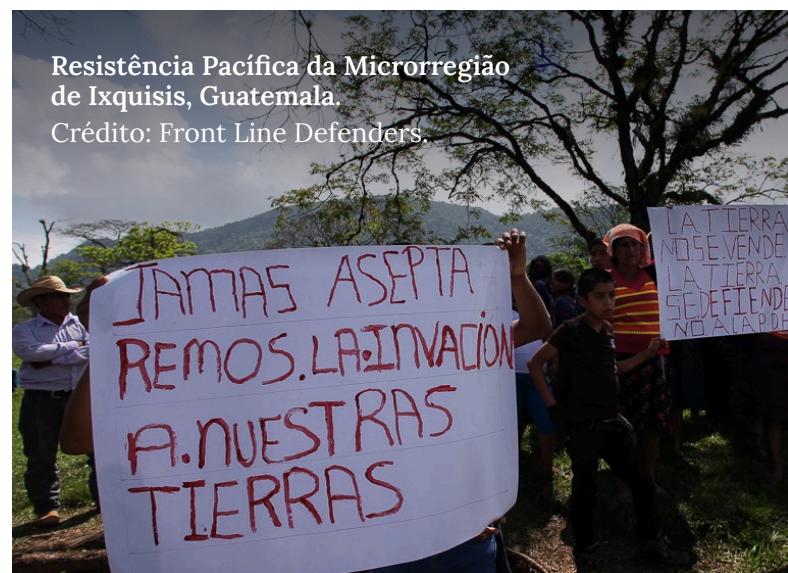
Alguns BPDs são voltados para o setor público, outros para o setor privado, e alguns ainda dividem seu foco em ambos os setores. De modo correlato, algumas pessoas reservam o termo “banco de desenvolvimento” somente para credores de governos e se referem a instituições que investem no setor privado como “instituições financeiras de desenvolvimento” (IFDs); contudo, outras usam os termos de maneira intercambiável.

GOVERNANÇA - Os BPDs podem ser comandados por um único governo nacional ou subnacional, ou ainda de maneira multilateral por diversos governos. Decisões importantes, como a aprovação de estratégias e

políticas, são tomadas por acionistas do governo. Nos governos, os BPDs geralmente se inserem dentro do escopo institucional de ministérios da fazenda, do comércio ou das relações exteriores, que nomeiam como representantes seus dirigentes. Geralmente, um BPD que é propriedade de dois ou mais países é chamado de banco multilateral de desenvolvimento (BMD). BPDs que são propriedade de apenas um país são chamados de bancos “nacionais” de desenvolvimento caso invistam unicamente em seu próprio país, ou bancos de desenvolvimento “bilaterais” caso invistam fora do país que os detém.

SUporte FINANCEIRO - BPDs fornecem diferentes tipos de apoio financeiro por meio de empréstimos, crédito, garantias, seguro de investimento, **participação societária, intermediários financeiros** e outras ferramentas de investimento, inclusive concessões. O financiamento do desenvolvimento está cada vez mais pautado numa mistura diversificada de fontes, chamada de **financiamento combinado (blended finance)**, o que envolve BPDs, investidores privados e institucionais, entre outros. Além de fornecer suporte financeiro, alguns BPDs também oferecem **auxílio técnico** a governos e atuam sobre reformas de políticas públicas.

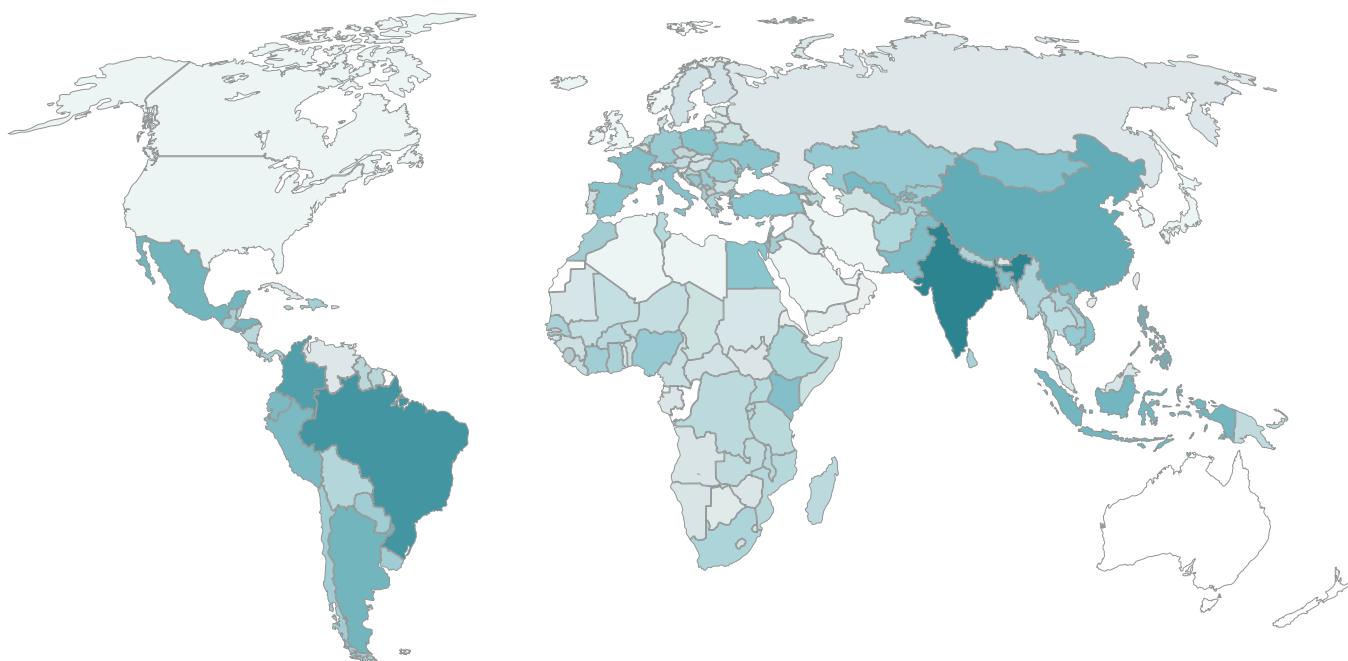
SETORES - Há dados bastante limitados sobre os investimentos de BPDs, o que reflete uma falta generalizada de transparência, sobretudo quando determinados projetos são financiados por meio de outras instituições financeiras (consulte a seção sobre **intermediários financeiros** abaixo). As **estatísticas** oficiais disponíveis¹, no entanto, mostram que a maior porcentagem do financiamento de BPDs na atualidade está voltada para serviços financeiros, administração pública, comércio, energia, transporte e infraestrutura. Uma **porcentagem** significativamente mais baixa, porém relevante, é dedicada ao investimento em setores sociais como saúde, educação, moradia, água e saneamento, e agricultura – todos setores cruciais para um desenvolvimento ancorado nos direitos humanos.



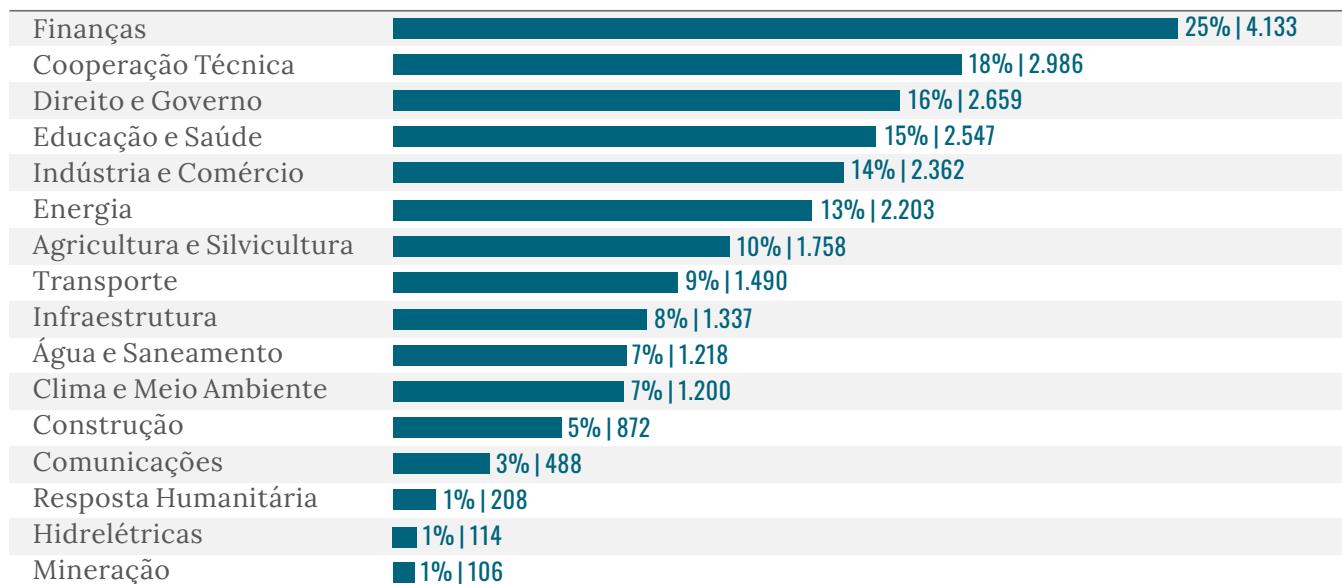


PAÍSES COM PROJETOS

Dados sobre o financiamento por 15 bancos públicos de desenvolvimento (BPDs) para 2018–2022, atualizados em julho de 2023.



NÚMERO DE PROJETOS POR SETOR 16.768



QUER ACOMPANHAR DADOS SOBRE FINANCIAMENTO DE 15 BPDs-CHAVE POR 5 ANOS (2018 A 2022)?

Consulte este [mapa interativo](#) e [interface gráfica](#).

Os usuários poderão filtrar dados de acordo com o país e o setor, além de ver uma lista de projetos de desenvolvimento financiados pelos 15 bancos estudados. Esta ferramenta foi desenvolvida pela International Accountability Project e compartilha informações do [Sistema de Alerta Prévio \(EWS, sigla em inglês\)](#), liderado pela sociedade civil, que compartilha dados sobre projetos financiados por BPDs com comunidades e seus aliados.



QUAL A IMPORTÂNCIA DOS BPDs?

1. **POR SEREM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS, DEVEM SER RESPONSABILIZADOS** - Uma vez que BPDs são propriedade de e comandados primariamente por governos, utilizam recursos públicos e são declaradamente criados para atender uma prioridade de política pública, devem prestar contas junto aos seus acionistas governamentais e ao público. Essas linhas de **prestação de contas** podem gerar oportunidades de influenciar BPDs que não existem com bancos comerciais.
2. **IMPACTO SIGNIFICATIVO** - Seja positiva ou negativamente, os BPDs afetam as vidas de pessoas em todos os países, sobretudo no Sul Global. Os impactos mais visíveis dos BPDs vêm na forma das atividades que financiam e, em muitos casos, são adversos (como impactos sociais e ambientais, violações de direitos humanos, impactos de gênero ou aumento da pobreza e da desigualdade). Os BPDs também afetam as vidas das pessoas ao exercer uma forte influência nas agendas de desenvolvimento nacionais e globais, estabelecendo normas e promovendo abordagens econômicas como a privatização.
3. **PRESENÇA MACIÇA** - De acordo com um levantamento recente, há 527 BPDs no mundo inteiro. Somados, eles detêm US\$18,7 trilhões em ativos e concedem aproximadamente 10% de todos os investimentos públicos e privados no planeta anualmente.²
4. **PRESENÇA CRESCENTE** - O universo dos BPDs está em rápida expansão. Houve questionamentos se os BMDs tradicionais estariam perdendo a relevância dada a proliferação de outras fontes de financiamento. No entanto, no cenário pós-pandemia, essas instituições estão passando por um crescimento sem precedentes.³ Os BPDs estão se posicionando para exercer um papel crucial na resposta futura a emergências/crises, assim como no cumprimento dos ODS e

das metas climáticas.⁴ Alguns países doadores estão canalizando uma parcela maior de seus orçamentos de auxílio através dos BPDs ao invés de agências bilaterais de cooperação.⁵

5. **ALCANCE GENERALIZADO** - Enquanto grupo, os BPDs participam de todos os setores da economia global e afetam grande parte dos problemas sociais e econômicos críticos – desde o transporte até a reforma do judiciário, regulamentos econômicos ou esforços de reconstrução pós-guerra.
6. **RECURSOS CRÍTICOS** - Os BPDs também fornecem recursos críticos em certos países e setores que não teriam outras opções de financiamento, inclusive para saúde, educação e projetos de longo-prazo considerados arriscados demais pelo setor privado. O Banco Mundial, por exemplo, é a maior fonte de financiamento externo para saúde e educação para países de baixa renda,⁶ enquanto o Banco de Desenvolvimento da China (CDB, sigla em inglês) fornece financiamento para países que podem ser incapazes de acessar financiamento junto a outros credores.⁷

SINALIZAÇÃO DE APROVAÇÃO - Os BPDs também funcionam como atores de referência, enviando sinais para outros investidores. Uma demonstração de aprovação de um BPD (seja na forma de um investimento, de garantias ou de classificações e avaliações) pode ser um fator determinante quanto a se um governo, empresa ou projeto conseguirá obter o financiamento necessário de outras fontes. Os BPDs enviam sinais especialmente fortes para investidores interessados em questões ambientais, sociais e de governança (ESG) e investimento socialmente responsável (SRI), que costumam ver as escolhas dos BPDs como “carimbos verdes” de aprovação de regras ambientais e sociais mais elevadas.





ESTUDO DE CASO

A INFLUÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS EM MOÇAMBIQUE

Em Moçambique, os atuais investimentos do Banco Mundial equivalem ao orçamento do país de um ano inteiro.⁸ Desde 1987, quando o país embarcou em seu primeiro “Programa de Ajuste Estrutural” para acessar empréstimos do FMI, Moçambique tem dependido fortemente de financiamento de instituições financeiras internacionais.

Esse apoio cobrou um alto preço, uma vez que esses empréstimos estão vinculados a fatores condicionantes rígidos. O governo tem sido forçado a introduzir reformas pela liberalização da economia, privatização dos serviços públicos e desregulamentação de diversos setores. Isso levou a um aumento da pobreza e da desigualdade, ao colapso de muitos serviços públicos essenciais e à desaceleração de processos de desenvolvimento

nacional, uma vez que o Banco Mundial e o FMI estão definindo a agenda socioeconômica.

O Banco Africano de Desenvolvimento é outro ator importante e está financiando a expansão do setor de Gás Natural Liquefeito (GNL) no país, apesar das preocupações com os impactos irreparáveis dessa indústria. Embora apenas 27% dos moçambicanos tenham acesso à eletricidade, a maior parte do gás será enviada à Ásia e à Europa. Além disso, projetos envolvendo gás têm provocado despejos forçados, perda de meios de subsistência, devastação ambiental, maior militarização e conflitos sociais. Houve aumentos nos ataques de insurgentes, por exemplo, fomentados em parte pela indignação quanto à distribuição desigual dos proventos da comercialização de gás.⁹



Mulheres vendendo comida na rua em Maputo, Moçambique.

Crédito: Farah Nabil, Unsplash.



HISTÓRIA DOS BPDs E SUAS MOTIVAÇÕES



Reuniões Anuais do Grupo Banco Mundial em 2022, Washington.

Crédito: Joshua Roberts, Fundo Monetário Internacional.

MAIOR COOPERAÇÃO PARA PROMOVER CRESCIMENTO ECONÔMICO A PARTIR DO MERCADO

A história dos BPDs está vinculada à emergência dos Estados e do endividamento público.¹⁰ [O primeiro banco nacional de desenvolvimento](#) de que se tem notícia foi o Caisse des Dépôts, criado na França em 1816.¹¹ Depois da Segunda Guerra Mundial, as nações do bloco dos aliados fundaram o Banco Mundial, o primeiro banco público de desenvolvimento multilateral global, para fomentar a cooperação no desenvolvimento econômico, especialmente por meio de empréstimos para a construção de infraestrutura. Isso foi seguido por uma onda de BMDs regionais sendo fundados entre o final da década de 1950 e a década de 1960, incluindo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB), o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) e o Banco Europeu de Investimento (BEI). Todas essas instituições foram estruturadas como bancos dominados por acionistas majoritários ocidentais para promover o crescimento econômico a partir do mercado, não a proteção social universal.¹²

Especificamente, a ascensão da China e de outras economias emergentes de maior escala também levou a mudanças no financiamento do desenvolvimento. O financiamento do desenvolvimento em larga escala da China criou novas opções internacionais para diversos Estados. Além disso, em 2014, o grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) criou o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD). Dois anos depois, a China promoveu o lançamento do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII), que, desde então, passou de 57 a 110 membros e detém investimentos no mundo inteiro. Embora esses bancos tenham sido criados em resposta à dominação ocidental de MBDs existentes, eles replicam em grande medida a estrutura já existente do [desenvolvimento capitalista global](#), embora com diferenças em termos de participação societária.¹³



ESTUDO DE CASO

FINANCIANDO ENERGIA LIMPA?

Desde sua criação, o NDB (Novo Banco de Desenvolvimento), vinculado aos BRICS – bloco de países formado por Brasil, Rússia, China e África do Sul –, buscou se diferenciar das “velhas instituições” financeiras, aportando recursos a projetos de infraestrutura alinhados a uma agenda de sustentabilidade. A entidade entrou em funcionamento em 2015 e estruturou sua primeira carteira de empréstimos em meados de 2016, quando foram aprovados sete projetos com valor total de US\$1,7 bilhão. Deste montante, US\$300 milhões vieram para o Brasil e foram voltados ao financiamento de projetos de energia renovável, entre eles a eólica, sobretudo na região Nordeste.

Apesar do discurso em prol da energia limpa, o que se tem observado, contudo, são graves violações de direitos de comunidades locais e danos socioambientais sobre seus territórios e meios de vida. Um estudo realizado pela Conectas Direitos Humanos sobre um dos complexos eólicos financiados pelo NDB em parceria com o BNDES na região da Chapada do Araripe, fronteira entre Piauí, Ceará e Pernambuco, revelou um conjunto de problemas graves.¹⁴

Os estudos de impacto ambiental, realizados por empreendedores e aprovados por órgãos estaduais

de meio ambiente, subestimaram gravemente os impactos socioambientais, individuais e cumulativos sobre os territórios e meios de vida de comunidades e quilombolas.

Para além da falta de um processo de consulta livre, prévia e informada (CLPI) junto às comunidades locais e de práticas abusivas por parte da empresa responsável pelo parque eólico - por meio de tentativas de cooptação, fomento a divisões internas, deslegitimização de lideranças e contratos de arrendamento abusivos - constatou-se que os empreendimentos avançaram rapidamente sobre os territórios de comunidades quilombolas na Chapada do Araripe, gerando uma série de danos socioambientais como: a) desmatamento de vegetação nativa do bioma Caatinga e áreas de nascentes; b) problemas de saúde das famílias associados à excessiva proximidade de aerogeradores das residências; c) perda de acesso a roças e outras atividades produtivas em função da construção de torres e implantação de estradas de acesso e linhas de transmissão, com prejuízos para a soberania alimentar e geração de renda; e d) aumento da criminalidade e do assédio às mulheres da comunidade decorrente do fluxo de trabalhadores envolvidos na implantação dos empreendimentos.

Sugestões para leitura adicional

1. [Parques Eólicos, Direitos Socioambientais e o Papel de Instituições Financeiras: O caso da Chapada do Araripe](#), Conectas Direitos Humanos, dezembro de 2023.
2. “[El BNDES y el complejo hidroelectrico Belo Monte](#)” em: Casos Paradigmáticos de Inversión del Banco Nacional de Desarrollo Económico e Social de Brasil: Necesidad y Oportunidad para Mejorar Políticas Internas, pp. 33-48, AAS, AIDA, CEDES, CEDLA, CIDOB, DAR, FOCO, FARN, PODER, IR, ISA, Lima, Peru, 2014



Ação de mobilização de algumas mulheres de Jacqueville (Costa do Marfim) contra o financiamento de projetos de combustíveis fósseis pelo Banco Africano de Desenvolvimento.

Crédito: LSD.

BPDs COMO ATORES E ESPAÇOS GEOPOLÍTICOS

Os BPDs são propriedade de e controlados por governos que, frequentemente, os utilizam como intermediários políticos e geopolíticos. Por conta disso, os BPDs também são atores políticos e geopolíticos.

Muitos BPDs multilaterais agem como instituições regulamentadoras. Dado o seu poder econômico, costumam exercer influência geopolítica significativa ao promover sua normatização e delinear leis e políticas, sobretudo em países de baixa e média renda. No entanto, por diversos motivos que discutiremos abaixo, os BPDs não são o espaço ideal para a definição de regras e normas globais.

Países doadores usam BPDs para avançar suas prioridades e criar oportunidades de mercado para suas próprias indústrias e investidores.¹⁵ O Banco de Desenvolvimento da China (CDB), por exemplo, concede empréstimos com exigências de que se utilize mão de obra, empresas, serviços e tecnologias chinesas.¹⁶ A Corporação Financeira Internacional (IFC) – braço privado do Grupo do Banco Mundial – também segue um padrão enviesado: quanto mais participação um país detém, mais os empréstimos do IFC costumam beneficiar suas empresas.¹⁷ Além disso, os BPDs são usados para atender prioridades de política externa. Por exemplo, foi documentado que o BEI investe em países específicos para recompensar aliados estratégicos da Europa ou reduzir a imigração.¹⁸

Os maiores BPDs – onde ações e poderes de voto são detidos desproporcionalmente por países ricos e poderosos – também costumam reforçar dinâmicas de poder globais e regionais, exacerbando assim desigualdades estruturais. Ao promover modelos de desenvolvimento econômico extrativistas e orientados para a exportação, os BPDs também contribuem para a divisão e o desequilíbrio de poder entre o Norte e o Sul Globais. Os países do Sul Global exercem o papel de exportadores de matéria prima e acabam se tornando uma zona de sacrifício ambiental e social para atender as demandas e o nível crescente de consumo do Norte Global.

Essa situação é, às vezes, exacerbada pelas estruturas de governança em BMDs, onde as composições de conselho se estabelecem de tal forma que um único representante pode ter de falar em nome de diferentes países com interesses concorrentes. Por exemplo, no Banco Mundial, o conselheiro que representa a região Ásia-Pacífico representa tanto a Austrália, um país próspero com grandes mineradoras, como a Mongólia, um país de baixa renda, com recursos naturais abundantes que vêm sendo explorados por empresas australianas.

Dentro dos BPDs, os processos de tomada de decisão podem ser complexos devido aos diferentes interesses envolvidos. Em geral, pode ser útil pensar em três



níveis de tomada de decisão dentro dos BPDs: o conselho ou estrutura de governança do BPD, que define a estratégia; a administração, responsável por supervisionar a implementação da estratégia; e os colaboradores, subordinados à administração e responsáveis pelo trabalho cotidiano no BPD. Alguns BPDs – sobretudo aqueles que são propriedade de um único país – respondem politicamente às demandas dos países acionistas que os detêm e controlam. Em BPDs multilaterais, no entanto, o pessoal da administração pode exercer seu trabalho com independência do conselho, que supervisiona as atividades do banco, mas não participa necessariamente de todas as decisões

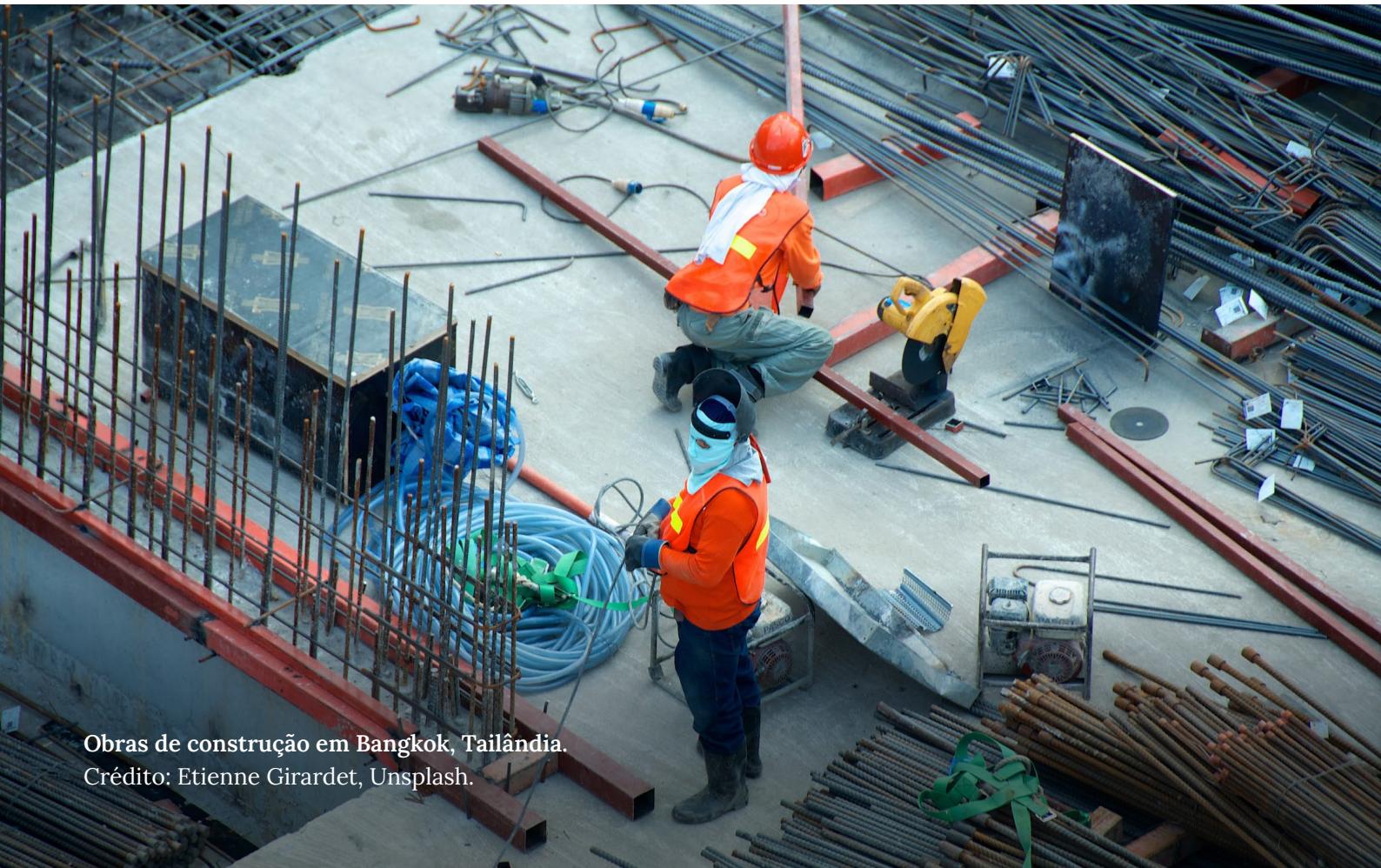
operacionais. Por exemplo, a administração pode agir no seu próprio interesse institucional, priorizando aquilo que permitirá que o banco atinja ou mantenha uma **classificação de crédito elevada**, venda mais empréstimos ou gere mais negócios. Em todo caso, conforme descrito nas seções abaixo, muitos desses processos de tomada de decisão ocorrem a portas fechadas, com pouco espaço para a sociedade civil.

A combinação desses diferentes fatores significa que a maioria dos BPDs exerce um poder geopolítico sem se responsabilizar junto às pessoas comuns afetadas por suas atividades.

TENDÊNCIAS DE INVESTIMENTO

As tendências de investimento no financiamento do desenvolvimento estão em constante evolução. Esta seção oferece uma visão geral de algumas das principais tendências de investimento, incluindo o interesse crescente em financiamento de infraestrutura, o crescimento do financiamento climático, o foco na

digitalização e o movimento agressivo pela privatização e a **financeirização**. Também veremos fatores que estão impulsionando essas tendências e os desafios significativos que trazem consigo.



Obras de construção em Bangkok, Tailândia.

Crédito: Etienne Girardet, Unsplash.



INFRAESTRUTURA

Nos últimos anos, houve uma proliferação de propostas de megaprojetos de infraestrutura, BPDs voltados para projetos de infraestrutura - como o BAI e a [Global Infrastructure Facility](#), uma iniciativa do G-20 - e planos regionais de conectividade de infraestrutura, incluindo a “Belt and Road Initiative” (Iniciativa Cinturão e Rota) da China, o Programa de Desenvolvimento de Infraestrutura na África, o Plano Mestre de Conectividade ASEAN de 2025, o Corredor de Crescimento Ásia-África, a Cooperação Econômica Regional da Ásia Central do ADB e a iniciativa Global Gateway da União Europeia.

Projetos de infraestrutura de larga escala (como mega represas, autoestradas transnacionais, novas cidades e portos) são especialmente atraentes para BPDs e governos tomadores de empréstimo por permitirem um financiamento de alto volume. A infraestrutura

transnacional também é um [campo de batalha importante](#) para a concorrência entre a China e o Ocidente, criando base física para mais comércio, extração de recursos naturais e fortalecimento de laços políticos.¹⁹

Embora haja uma demanda global crítica por infraestrutura, esses planos costumam se centrar em [megaprojetos](#) exigidos pela indústria e pelas elites e não na infraestrutura necessária para eliminar a pobreza e garantir os direitos humanos, como escolas e hospitais culturalmente apropriados ou operações de geração de energia distribuída lideradas localmente.²⁰ Além disso, grandes projetos de infraestrutura costumam provocar impactos ambientais e sociais adversos e irreversíveis, sobretudo devido à falta de salvaguardas eficazes ou outros problemas em sua implementação.



ESTUDO DE CASO

ESTRADA DO ADB EM MANIPUR LEVA A DESPEJOS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Em Manipur, nordeste da Índia, o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) está financiando a construção do [Rodoanel de Imphal](#). De acordo com o banco, o projeto melhorará a qualidade de vida ao ajudar a reduzir os engarrafamentos na cidade. No entanto, comunidades indígenas locais têm levantado [diversas preocupações](#) sobre o projeto.

Durante a pandemia de Covid-19, ao menos 66 famílias foram despejadas. O projeto

ameaça desalojar uma vila inteira e [desabrigar](#) mais de 300 pessoas. O banco não garantiu o [consentimento livre, prévio e informado](#) (CLPI) das comunidades locais e não realizou consultas significativas. Apesar das ameaças e dos graves riscos de represálias, os moradores locais têm se manifestado ativamente e denunciado os impactos do projeto, que ameaça suas montanhas sagradas, seus locais históricos, suas fontes hídricas, seus lares e seus meios de subsistência.²¹



ENERGIA E CLIMA

Os países ricos têm sistematicamente descumprido seus compromissos de contribuir com recursos para a adaptação e mitigação das mudanças climáticas e, de fato, a maior parte do que forneceram como ‘financiamento climático’ se trata de uma versão reformulada do financiamento para o desenvolvimento transferida de outros setores.²² Ao mesmo tempo, os BPDs continuam a se posicionar para exercer um papel ainda maior na resposta à crise climática global.²³



VOCÊ SABIA?

A crise climática é uma “nova oportunidade” para BPDs gerenciarem mais dinheiro. Os grandes BPDs multilaterais são executores dos fundos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) – como o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e o Fundo Verde para o Clima – bem como administradores de fundos climáticos nacionais e de seus próprios Fundos de Investimento Climático (um fundo multilateral fundado a pedido do G8 e do G20, com seis bancos multilaterais de desenvolvimento agindo como agências executoras).²⁴

Diversos BPDs têm anunciado publicamente decisões de deixar de investir em combustíveis fósseis e passar a priorizar combustíveis renováveis.²⁵ Por exemplo, em abril de 2023, o IFC anunciou que não permitiria mais clientes que são intermediários financeiros a apoiarem novos projetos de carvão.²⁶ Além disso, vários BPDs passaram a promover mecanismos de transição energética.²⁷

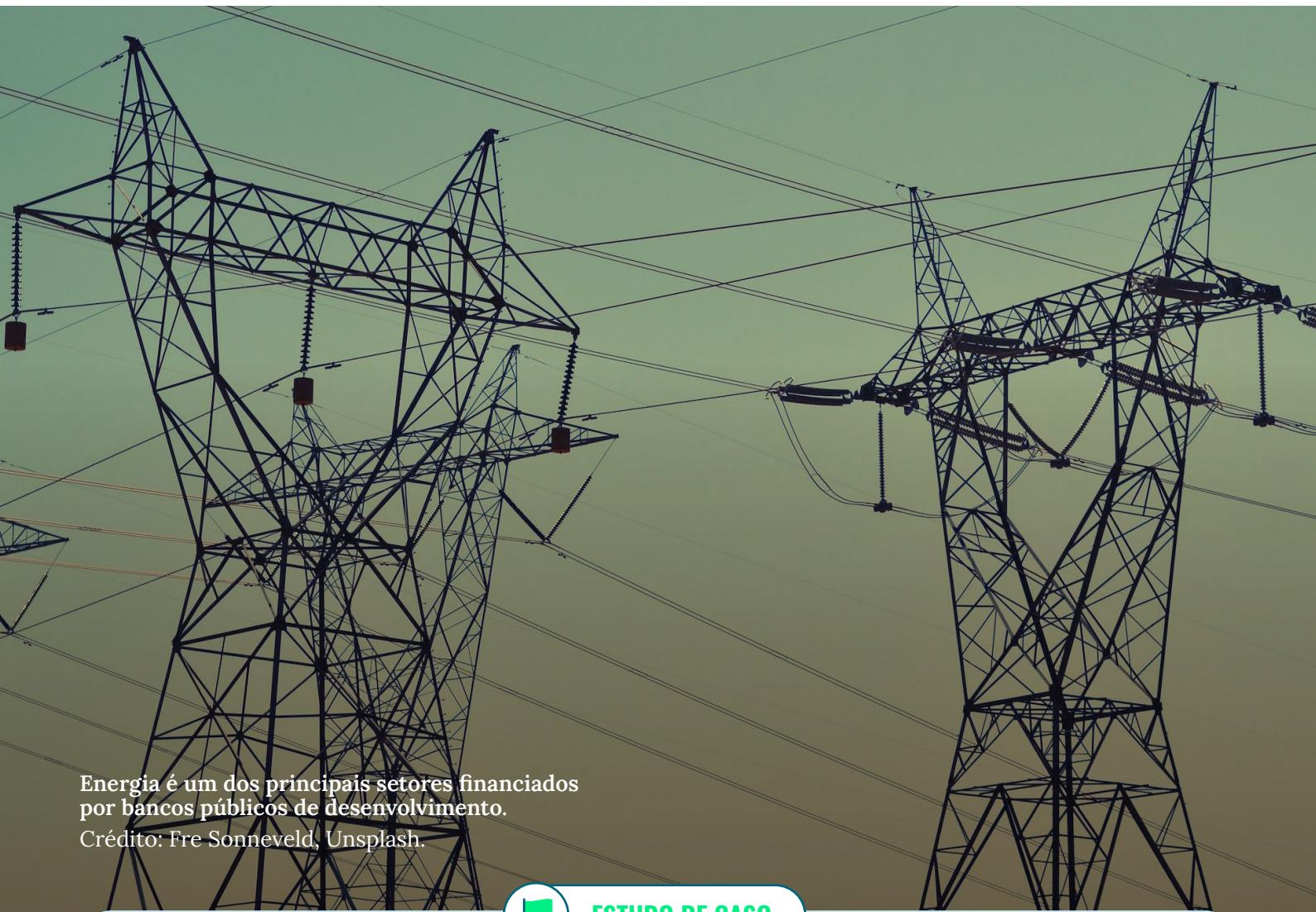
No entanto, os BPDs estão, em grande medida, promovendo “soluções falsas” para lidar com a crise climática,²⁸ concentrando-se em projetos e políticas técnicas e mercadológicas que são intensivas em carbono e em recursos ou levam a violações de direitos de pessoas e à degradação ecológica. Eles costumam

elevar a posição do setor privado e contribuir para a mercantilização de ecossistemas, priorizando o crescimento econômico e a geração de lucro em detrimento das pessoas e do planeta.²⁹

Além disso, em comparação com instituições dedicadas ao financiamento climático, BPDs tradicionais costumam oferecer empréstimos com taxas de juros relativamente altas. Esses empréstimos não levam em consideração o fato de que esses países pouco fizeram para causar a mudança climática, estão mais vulneráveis a choques climáticos e já enfrentam uma carga de endividamento significativa.



Protesto contra o gasoduto Eacop.
Crédito: 350 Africa



Energia é um dos principais setores financiados por bancos públicos de desenvolvimento.

Crédito: Fre Sonneveld, Unsplash.



ESTUDO DE CASO

MECANISMO DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA INJUSTO DO ADB?

Em 2021, o ADB lançou o Mecanismo de Transição Energética (MTE) como uma solução mercadológica para acelerar o processo de retirar a energia de carvão dos sistemas energéticos nacionais em diversos países asiáticos e substituí-la com outras fontes de energia. Como parte do ETM, o ADB está dando [dinheiro público a poluidores históricos](#) para que fechem suas usinas de carvão ou potencialmente as reformem para outros combustíveis intensivos em carbono ou recursos, como a biomassa.³⁰

Esses pagamentos contradizem princípios jurídicos internacionais como aquele que determina que “quem paga é o poluidor”. Além do mais, os [períodos de desativação](#) são pouco ambiciosos, com previsões de que a desativação completa levará de 10 a 15

anos.³¹ Sua eficácia, além do mais, é discutível, uma vez que o [MTE](#) não exige que os governos ou empresas participantes interrompam a construção de novas operações envolvendo carvão.³²

A [falta de participação](#) de trabalhadores e comunidades na tomada de decisão em torno do MTE também é bastante preocupante. Embora o ADB esteja protegendo os direitos econômicos dos poluidores, não está claro como os [prejuízos passados e do presente](#) das usinas de carvão serão abordados e se o MTE fornecerá reparações para as comunidades afetadas.³³



Deve-se notar que os BPDs não estão adotando medidas significativas para reduzir rapidamente seu apoio à infraestrutura dependente de combustíveis fósseis.³⁴ Por exemplo, o BAI anunciou que financiará projetos de gás natural liquefeito como alternativa ao carvão, tratando isso como se fosse um avanço rumo à transição energética mesmo sendo o gás ainda um combustível fóssil.

Além disso, ao financiar energias renováveis, os BPDs costumam se concentrar em projetos de larga escala (como grandes represas³⁵ e complexos eólicos ou solares). Muitos desses projetos estão sendo construídos nos territórios de Povos Indígenas e de comunidades rurais/tradicionais, frequentemente ligados a conflitos e represálias.³⁶

Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu

Crédito: Todd Southgate



ESTUDO DE CASO

O BNDES E O COMPLEXO HIDRELÉTRICO DE BELO MONTE

O envolvimento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no financiamento do Complexo Hidrelétrico Belo Monte no Rio Xingu, em plena Amazônia brasileira, é um caso emblemático das contradições e desafios para a atuação de instituições financeiras públicas com responsabilidade socioambiental, respeitando os direitos humanos de populações locais.

Durante anos, os planos ambiciosos para a construção de Belo Monte foram objeto de inúmeros protestos e ações judiciais. Chamava-se atenção para o fato de que um déficit hídrico crônico na Volta Grande do Xingu, provocado pelo desvio de 80% da vazão do rio, significava uma grave ameaça para ecossistemas e meios de vida de povos e comunidades tradicionais e locais do entorno. Muito se questionou sobre a falta de viabilidade econômica do empreendimento, tendo em vista a sua enorme complexidade, altos custos de construção e reduzido potencial de geração de energia firme do empreendimento, considerando a sazonalidade do Rio Xingu. Além disso, alertava-se para a falta de consulta livre, prévia e informada

e que a construção na região de Altamira (Pará) provocaria problemas típicos de grandes barragens, como o desmatamento, conflitos sociais relacionados à especulação fundiária e à grilagem de terras públicas e impactos de um enorme fluxo de migrantes em busca de trabalho.

Apesar de todos os questionamentos, o governo federal insistiu na continuidade do projeto, pressionando o IBAMA para conceder licenças, apesar das advertências de seus técnicos sobre os graves riscos socioambientais. A partir de dezembro de 2010, o BNDES iniciou a aprovação de um conjunto de empréstimos que somaram R\$ 25,4 bilhões, maior operação já aprovada para um único empreendimento na história do banco.

Os graves problemas de Belo Monte, especialmente o conflito instalado sobre a utilização de águas do Xingu – entre a geração de energia e a vida na Volta Grande – continuam até o presente momento, e tem se agravado com secas extremas, associadas às mudanças climáticas.





Os BPDs, por sua vez, estão fornecendo assistência técnica e financiamento para aumentar a extração de minerais considerados necessários para a transição rumo à energia renovável (incluindo lítio, níquel, cobre e cobalto).³⁷ Eles usam chavões como “climate-smart” e “sustentável”, mas as comunidades relatam que a extração desses materiais levam a graves impactos ambientais e sociais. Os projetos não costumam respeitar legislações ambientais locais ou normas ambientais internacionais, estando ligados a ataques contra aqueles que fazem denúncias e levantam preocupações.³⁸

Em vez de iniciar diálogos sobre o direito ao desenvolvimento, desenvolvimento liderado pelas comunidades e a necessidade de conter o crescimento do Norte Global, os BPDs se concentram em aumentar a produção mineral para sustentar a falácia do crescimento econômico eterno, ultrapassando os limites do planeta. Defendem modelos de desenvolvimento extrativistas e centrados na exportação, com o Sul Global e territórios indígenas sendo reduzidos a zonas de sacrifício para servir o excesso de consumo no Norte Global.³⁹

ESTUDO DE CASO

A MINA DE LÍTIO SAL DE VIDA NA ARGENTINA⁴⁰

Sal de Vida (SDV) é um projeto de mineração de lítio na Argentina, no Salar del Hombre Muerto. O IFC apoia o projeto por meio de um emprestimo direto de US\$100 milhões para a mineradora Allkem e a mobilização por bancos comerciais de até mais de US\$100 milhões.

O IFC aprovou o projeto com uma Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) que subestimou sua área de influência e seus impactos ambientais. Houve diversos erros metodológicos na AIA e nenhuma análise de impacto cumulativo, embora haja oito projetos na área.

Além disso, a Allkem tem um histórico de violações de direitos humanos. O projeto está localizado em uma área de conflito social e criminalização de lideranças locais e o processo de consulta foi fraco. A comunidade indígena local, os Atacameños del Altiplano, rejeita pacificamente este projeto de mineração. Apesar de sua falta de consentimento, no entanto, o IFC está apoiando a SDV para que desenvolva sua produção extrativista, aprofundando os impactos ambientais negativos da mineração de lítio no Salar del Hombre Muerto e afetando os direitos indígenas.

Ao promover soluções falsas,⁴¹ os BPDs acabam desviando o limitado financiamento e o apoio público **das ações baseadas** em evidências que seriam necessárias para evitar o agravamento da crise climática e promover transições justas construídas de acordo com os direitos humanos.





DIGITALIZAÇÃO

Nos últimos anos, países doadores, BPDs e o FMI têm defendido cada vez mais o ‘[desenvolvimento digital](#)’, que inclui a digitalização de sistemas de identificação e pagamentos *government-to-person* – G2P (do governo ao cidadão, em tradução livre). Movimentos sociais e comunidades afetadas se preocupam com a possibilidade de que a digitalização do auxílio possa intensificar o controle de empresas de tecnologia privadas sobre serviços públicos; exacerbar as desigualdades existentes devido à exclusão digital; prejudicar o oferecimento de bens e serviços públicos; e levar a ameaças à paz e à segurança devido a problemas com dados e privacidade.

A transformação digital, da maneira como é atualmente promovida, facilita o aumento do controle corporativo sobre a infraestrutura, serviços e processos públicos, além dos dados armazenados nesses sistemas. Ao buscar parcerias com empresas *big tech*, há o risco

de depender exclusivamente de um fornecedor ou tecnologia, da influência corporativa sobre políticas nacionais e leis, além do controle irrestrito sobre a captura, armazenamento e venda de dados por entidades do setor privado.

O FMI e o Banco Mundial também têm facilitado a montagem de sistemas de identidade digitais. No entanto, os sistemas de identificação e biometria atuais emergiram no contexto do combate ao terrorismo e da proteção da segurança nacional e podem ser manipulados por governos receptores para construir um estado de vigilância sem a concretização de leis de privacidade e direitos humanos. Uma vez que os sistemas digitais são criados a partir de sistemas existentes que foram bastante desiguais e vulneráveis à manipulação, a transição para a esfera digital pode exacerbar problemas já existentes de marginalização, desigualdade e exclusão.⁴²

ESTUDO DE CASO

A INICIATIVA ID4D NAS FILIPINAS⁴³

Desde 2017, o Banco Mundial – no âmbito de sua iniciativa Identification for Development ([ID4D](#)) (Identificação para o Desenvolvimento, em tradução livre) – tem fornecido assistência técnica à Autoridade Estatística das Filipinas para estabelecer o sistema de identificação digital conhecido como PhilSys. Em 2021, o Banco aprovou um empréstimo adicional de US\$ 600 milhões, que incluiu mais assistência ao PhilSys para cobrir pagamentos G2P e melhorar o oferecimento de serviços sociais.

Defensores de direitos humanos e organizações da sociedade civil [têm expressado fortes preocupações](#) com o risco de violação de privacidade. O governo filipino tem um histórico de utilizar métodos ilegais de monitoramento e de violar a privacidade de dados. Grupos da sociedade civil afirmam que há um risco real de que o governo utilize o PhilSys para criar um ‘sistema de monitoramento abrangente’ e aumente ataques e ameaças a ativistas e à sociedade civil para silenciar dissidências.



Protesto dos Povos Indígenas Lumad contra a barragem de Kaliwa, nas Filipinas.

Crédito: Maria Tan.



RESPOSTA E RECUPERAÇÃO À PANDEMIA DA COVID-19

A resposta dos BPDs à pandemia da covid-19 e à crise econômica que dela resultou serve como um exemplo ilustrativo de algumas das principais críticas aos bancos de desenvolvimento.⁴⁴

Os países ricos não têm aportado recursos suficientes para o financiamento da Organização Mundial da Saúde (OMS) e outras instituições cruciais da ONU em favor de BPDs controlados por doadores.⁴⁵ Há décadas, as reformas de políticas do FMI e de BPDs enfraqueceram sistemas de saúde pública e redes de apoio sociais, corroendo a capacidade dos governos de reagir a emergências de saúde pública.⁴⁶

Com a chegada repentina da pandemia, os BPDs foram rápidos em mobilizar financiamentos, mas menosprezaram salvaguardas fundamentais.⁴⁷ Decisões de investimento foram tomadas sem respaldo público e acabaram por excluir populações vulneráveis, sendo direcionados ao setor de saúde privado de elite ou exigindo pagamentos que excluíram aqueles que

enfretam a pobreza.⁴⁸ Medidas de proteção social foram projetadas como medidas temporárias, prejudicando o movimento rumo a programas de saúde universal.⁴⁹ A falta de transparência levou à corrupção e ao uso indevido de recursos públicos.⁵⁰ Além do mais, esses financiamentos vieram sobretudo na forma de empréstimos e, em muitos casos, acompanhados por condicionantes pouco democráticas.⁵¹

Agora, os BPDs estão se reposicionando para ser a primeira solução não apenas na prevenção de pandemias e crises futuras, como também na liderança da recuperação econômica.⁵² Como resposta à pandemia e sua recuperação, houve mais suporte e atenção à proteção social e ao setor da saúde, embora ainda não saibamos se essa tendência continuará no longo prazo. Alguns governos estão trabalhando com BPDs para simplesmente reformular antigas indústrias extrativas e outras propostas de desenvolvimento “sujo” como iniciativas de recuperação.⁵³



EMPRÉSTIMOS CONDICIONADOS A REFORMAS POLÍTICAS

Grandes BPDs estão utilizando cada vez mais **empréstimos condicionados a reformas políticas** para promover sua agenda e apoiar suas prioridades de investimento. Esse tipo de empréstimo, em vez de ser dedicado a um projeto específico, consiste em um valor vinculado a um suporte orçamentário geral. Como condição para desembolsos, no entanto, o país que recebe o empréstimo deve concluir uma reforma política específica ou um conjunto de ações acordadas

com os BPDs (por exemplo, de mudanças na política comercial ou fiscal a privatizações). Em alguns casos, as reformas de BMDs também são coordenadas com medidas de austeridade do FMI.⁵⁴ Infelizmente, estas condicionalidades associadas a reformas políticas costumam ser deletérios para o bem-estar econômico dos países, gerando impactos negativos em direitos humanos, na pobreza, e na desigualdade de gênero e renda.



ESTUDO DE CASO

EMPRÉSTIMOS CONDICIONADOS A REFORMAS POLÍTICAS E O SETOR PRIVADO

Durante a pandemia de Covid-19, bancos multilaterais de desenvolvimento utilizaram empréstimos vinculados a reformas políticas para fomentar o papel do setor privado no desenvolvimento:

- No [Benin](#), o apoio do Banco Mundial permitiu que o governo indenizasse o prejuízo sofrido por uma empresa de serviços públicos de capital privado resultante da suspensão de um aumento planejado de 5% na tarifa de energia devido à pandemia.⁵⁵
- As condições de [reforma política do ADB](#) incluem “reformas para melhorar a arrecadação e a gestão de recursos públicos, reformas para criar um clima de investimento mais propício para empresas, ou aquelas que melhoram a governança e o desempenho de empreitadas estatais.”⁵⁶

Em alguns casos, a condicionante política do BPD também pode buscar corrigir erros do passado.

- Na [Colômbia](#), o Banco Mundial receitou uma atualização da legislação referente a **parcerias público-privadas** na infraestrutura de transporte, que havia ajudado a elaborar, porque foi considerado fortemente prejudicial às finanças públicas. A legislação anterior tinha um viés excessivo em favor do setor privado. Quando a pandemia da Covid-19 afetou negativamente as receitas esperadas do parceiro do setor privado, isso aumentou os custos para o governo em uma proporção injusta.⁵⁷



Obras de construção da barragem Hidroituango na Colômbia.

Crédito: Movimiento Ríos Vivos.

AUMENTO DA PRIVATIZAÇÃO E DA FINANCEIRIZAÇÃO

SETOR PRIVADO PRIMEIRO

Nos últimos anos, o papel do setor privado no financiamento do desenvolvimento internacional aumentou de modo relevante. Muitos dos BPDs mais poderosos do Ocidente adotaram estruturas políticas que favorecem explicitamente o setor privado e trabalham para reduzir o papel do Estado

no desenvolvimento. Em países de baixa renda, BPDs costumam ser o primeiro ator envolvido em um novo setor, preparando o terreno para outros investidores, sobretudo aqueles do setor privado. Ademais, os BPDs que financiam exclusivamente o [setor privado](#) agora têm um [papel maior](#).⁵⁸



DE BILHÕES A TRILHÕES: A ABORDAGEM DE DESENVOLVIMENTO NA QUAL O FINANCIAMENTO É MAXIMIZADO

Nos últimos anos, os bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs), o FMI e o G20 se alinham à ideia de que “capital privado é vital para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”.⁵⁹ Em 2015, o Banco Mundial cunhou a expressão “Bilhões a Trilhões”, que evoluiu para uma abordagem conhecida como “Maximizando o Financiamento para o Desenvolvimento”. Nesse paradigma, o setor público não tem os recursos necessários para cumprir objetivos de desenvolvimento; portanto, o setor privado precisa ser “induzido” (*‘crowded in’*) para impulsionar o desenvolvimento.⁶⁰

O papel do Estado é reduzido, deixando de ser o principal impulsionador do desenvolvimento e garantista dos direitos humanos, para ser um facilitador ou prestador de serviços para empresas. O papel dos BPDs, por outro lado, é de criar mercados, gerar projetos que atraiam o setor privado e agir como garantistas do lucro para investimentos do setor privado.

Os principais bancos de desenvolvimento há muito se concentram em eliminar obstáculos para o investimento privado. A abordagem de “Bilhões a Trilhões”, no entanto, leva esse objetivo ainda mais adiante. O Banco Mundial chegou a desenvolver ‘princípios de cascata’ que buscam mobilizar e privilegiar o financiamento comercial.⁶¹

Para empurrar essa abordagem adiante, o Banco Mundial e outros BPDs importantes têm promovido reformas políticas voltadas a criar ambientes propícios para que atores privados façam negócios. Por exemplo, publicam estudos que identificam prioridades de reforma (como o Diagnóstico do Setor Privado do Banco Mundial) ou incluem em seus empréstimos pré-condições obrigatórias que criam um ambiente favorável para empresas (conforme descrito na seção sobre empréstimos vinculados a reformas políticas).⁶²



Líder da comunidade Magar mostrando a terra afetada pelas atividades de mineração de areia no Nepal.

Crédito: International Accountability Project.



PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPPs)⁶³

Muitos BPDs também estão intensificando o favorecimento de Parcerias Público-Privadas (PPPs).⁶⁴ Essencialmente, PPPs são colaborações entre agências governamentais e empresas do setor privado para financiar, construir e operar projetos. As PPPs costumam envolver benefícios fiscais para empresas participantes, proteção contra perdas ou passivos, e dão a entidades com fins lucrativos direitos de titularidade sobre serviços públicos essenciais.

Os bancos de desenvolvimento argumentam que as PPPs aumentam o investimento e reduzem os custos para o Estado. No entanto, essas parcerias -

sobretudo em setores públicos cruciais como saúde e educação - têm se revelado um fracasso na prática: as PPPs costumam gerar um alto custo para as finanças públicas e os cidadãos, trazer um nível excessivo de risco financeiro e aumentar o endividamento público.

As PPPs também têm um impacto negativo na governança democrática ao trazer atores privados para a entrega de serviços públicos. Elas podem tornar o acesso a serviços como saúde, educação e água “dependentes da capacidade dos cidadãos de pagar”. Isso transforma e reduz “titulares de direitos em consumidores.⁶⁵



ESTUDO DE CASO

PRIVATIZAÇÃO DO SETOR DA SAÚDE NO QUÊNIA⁶⁶

No Quênia, os BPDs têm pressionado o governo a privatizar cada vez mais o setor de saúde. A presença crescente de atores privados levou a uma corrida pelo lucro que afetou os direitos humanos, sobretudo o acesso a serviços de saúde. Isso também desacelerou os esforços do governo queniano de atingir a cobertura de saúde universal.

A privatização do setor de saúde levou a uma desigualdade entre aqueles que podem pagar por serviços de saúde caros e aqueles que não podem. Os gastos de cidadãos com saúde no Quênia cresceram em 53% per capita entre 2013 e 2018. Exacerbou-se, portanto, as desigualdades existentes e o impacto sobre grupos como mulheres, pessoas de baixa renda, camponeses e pessoas com deficiência.



VOCÊ SABIA?

Os bancos públicos de desenvolvimento que trabalham com o setor privado costumam estruturar os investimentos por meio de centros financeiros offshore. Quando os BPDs deixam de lidar com a evasão fiscal ou fluxos financeiros ilícitos, eles privam os Estados anfitriões de vultosas receitas tributárias.⁶⁷

FINANCIALIZATION

A maioria dos BPDs – seja do Ocidente, do Sul Global ou da China – vê a financeirização como fator de impulso do crescimento econômico. Muitos têm encorajado e frequentemente forçado países no Sul Global a abrir suas economias para o investimento internacional.⁶⁸ Eles têm reestruturado setores e economias inteiras para privilegiar a extração de lucros pelo setor privado e investidores estrangeiros – inclusive por meio de garantias públicas de lucros para empresas do setor privado⁶⁹ –, seguido pela financeirização desses investimentos por meio da securitização.⁷⁰

A abertura de economias e a financeirização têm exposto populações vulneráveis aos efeitos danosos da especulação em mercados internacionais, impulsionada por interesses financeiros oportunistas. Ao mesmo tempo, a privatização tem encolhido a capacidade fiscal dos Estados de mitigar os efeitos da especulação financeira em commodities sobre suas populações.



O QUE É A FINANCEIRIZAÇÃO?

A financeirização significa a ampla expansão do setor financeiro – incluindo bolsas de valores, bancos, empresas de investimento, seguradoras etc. – ao aprofundar seu alcance e sua força (desenvolvendo, por exemplo, novos fluxos de receita, atingindo novos clientes e criando novas formas de ativos). Ao longo dos últimos 50 anos, o setor financeiro global se expandiu e aumentou seu poder e sua influência sobre

a economia.⁷¹ Como resultado, grandes partes da economia global têm sido transformadas para atender interesses financeiros, criando uma miríade de novas oportunidades de investimento e maximização de lucros⁷², em vez de se concentrar nas necessidades e vulnerabilidades de pessoas e comunidades.

O QUE É SECURITIZAÇÃO?

A securitização é a conversão da promessa de dinheiro futuro – como pagamentos de juros esperados e a quitação de um empréstimo – em um “produto financeiro” (também chamado de “título comercializável”) que pode ser vendido a outros investidores.

A maioria dos grandes BPDs tem participado da financeirização por meio do apoio a PPPs em setores-chave, criando ‘embalagens’ para fluxos de receita

dessas PPPs como “títulos comercializáveis” que podem ser compradas, vendidas e comercializadas por investidores institucionais como fundos soberanos, fundos de pensão e fundos de seguros.⁷³ O uso da securitização representa uma transição do financiamento do desenvolvimento público para o financiamento por mercados de capitais privados, tendo o potencial de, em grande medida, aumentar a volatilidade e a vulnerabilidade.⁷⁴



ESTUDO DE CASO

COMO A FINANCEIRIZAÇÃO DA AGRICULTURA CONTRIBUIU PARA O AUMENTO NO PREÇO DOS ALIMENTOS EM 2022

A imensa inflação dos preços de alimentos nos últimos dois anos foi impulsionada, ao menos em parte, por especulação em mercados financeiros.⁷⁵ O Banco Mundial e o FMI contribuíram para essa crise na medida em que têm trabalhado para financeirizar o setor agrícola global por meio do apoio

à privatização, a reformas agrárias orientadas pelo mercado e à desregulamentação financeira, abrindo os setores agrícolas nacionais para a agroindústria internacional, em detrimento da agricultura local, da soberania alimentar e do meio-ambiente.⁷⁶

INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS (IF)

Os BPDs estão canalizando quantias de investimento cada vez maiores – na forma de empréstimos, participação societária e garantias de pagamentos – por meio de “intermediários financeiros” (IFs). Os IFs então investem o dinheiro em outras entidades ou “subprojetos”. Os BPDs argumentam que o empréstimo a IFs permite o direcionamento de recursos a custos de empréstimo mais baixos para apoiar empresas de pequeno e médio porte.

No entanto, na prática, os IFs tendem a ser bancos comerciais (trabalhando com grandes corporações) ou fundos de investimento privados (cujo modelo

financeiro é comprar empresas, cobrar uma taxa para gerenciá-las, cortar custos – inclusive às custas de direitos trabalhistas – e então vender as empresas de modo a obter lucro). Os IFs dos BPDs costumam ser instituições financeiras com classificação inferior e normas e práticas de gestão de riscos ambientais e sociais mais fracas, e os próprios BPDs costumam não adotar medidas adicionais para reagir a esses riscos elevados envolvendo seus clientes que são IFs.⁷⁷ Como resultado, as proteções que BPDs estabelecem para seus investimentos diretos não se estendem aos subprojetos.



VOCÊ SABIA?

Sessenta por cento da carteira de investimentos da Corporação Financeira Internacional (IFC) é composta por intermediários financeiros, enquanto um terço dos compromissos do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) e do BEI (BEI - Banco de Investimento Europeu) são canalizados por meio de intermediários financeiros.⁷⁸

Os empréstimos de IFs são arriscados para as pessoas e o planeta devido à falta de divulgação de quais subprojetos e subclientes têm recebido investimentos. A transparência e o monitoramento pioram à medida que a cadeia de investimento fica mais longa e complexa. A falta de transparência nas operações com intermediários financeiros dificulta a responsabilização dos bancos públicos de desenvolvimento, garantindo que os IFs estão seguindo normas socioambientais dos BPDs e evitando a utilização de recursos públicos em projetos ou atividades problemáticas.⁷⁹

Outra crítica dos IFs é que contribuem para a maior complexidade do sistema financeiro e geralmente investem em grandes setores financeiros internacionais. Sua aplicação em um contexto de desenvolvimento aumenta a financeirização do desenvolvimento, com cada entidade intermediária extraiendo lucros antes que se chegue aos beneficiários finais, o que expõe as atividades de desenvolvimento a riscos financeiros de curto e médio prazo.⁸⁰



ESTUDO DE CASO

INVESTIMENTO DO GRUPO DO BANCO MUNDIAL NO HANA BANK (INDONÉSIA)

No papel, o Grupo do Banco Mundial afirma não ter financiado novas usinas de carvão desde 2010.⁸¹ Mas seu cliente intermediário financeiro, Hana Bank, financiou o desenvolvimento das mega usinas de carvão Java 9 e 10 na província de Banten, Indonésia. A população local já sofreu com a poluição do ar e da água por décadas e a pesca tem sido prejudicada fortemente pelo complexo

carvoeiro já existente. Contudo, em 2020 – após uma década de investimentos do IFC, braço privado do Banco Mundial – o Hana Bank investiu na PT Indo Raya Tenag, empresa que desenvolve novas usinas de carvão. Ao longo de 30 anos, os poluentes das usinas Java 9 e 10 devem causar 2.400 a 7.300 mortes prematuras adicionais,⁸² e igualar as emissões de dióxido de carbono anuais da Espanha.⁸³



Um morador local caminha perto de um aterro sanitário no Uzbequistão.

Crédito: CEE Bankwatch Network.



SALVAGUARDAS E POLÍTICAS DE RESPONSABILIZAÇÃO DE BPDs: PONTOS FORTES E LIMITAÇÕES

Como resultado de pressões da sociedade civil, os BPDs mais importantes desenvolveram regras ambientais e sociais aplicáveis aos seus investimentos em projetos. No papel, essas regras ou princípios fornecem proteções importantes para comunidades e áreas naturais afetadas pelo financiamento de projetos. Além disso, muitos BPDs têm políticas de transparência, responsabilidade e participação. Essas salvaguardas,

sua aplicação obrigatória nas atividades de BPDs, a supervisão e controle para garantir sua aplicação, assim como a existência de mecanismos de responsabilização e denúncia para comunidades quando essas não são observadas, são vistos como fatores que distinguem BPDs de empresas privadas.⁸⁴ Esta seção descreve as forças e fraquezas de salvaguardas dos BPDs.



Ação de Povos Indígenas durante a COP 23 no Egito.
Crédito: Kiara Worth / UN Climate Change (via Flickr).

PONTOS FORTES

PROTEÇÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS

Quando aplicadas rigorosamente, as salvaguardas de BPDs - e sua supervisão por especialistas em questões sociais e ambientais - podem fazer a diferença entre a proteção ou a destruição de um habitat crítico, entre a segurança ou a instabilidade de uma represa, entre o traçado de uma rodovia desviar ou sobrepor uma comunidade local, entre a observância ou a violação dos direitos de um paciente, entre a utilização de

mão de obra infantil ou o respeito aos sindicatos trabalhistas, ou, ainda, entre a inclusão ou exclusão de lares liderados por mulheres em uma política pública assistencial. Dessa forma, as salvaguardas podem ter o efeito de elevar normas ambientais e sociais aplicáveis a projetos financiados por BPDs, e podem prevenir ou mitigar alguns dos piores impactos sociais e ambientais.⁸⁵



TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO

Em princípio, as salvaguardas garantem maior transparência e participação. Quando obedecidas, podem criar oportunidades para que comunidades e grupos acessem informações, apresentem preocupações e engajem ou pressionem atores de desenvolvimento para a defesa dos seus direitos. Todas as grandes organizações multilaterais, por exemplo, exigem algum tipo de divulgação e consulta em relação a impactos ambientais e sociais (para investimentos diretos em projetos). As salvaguardas também podem servir como gancho para exigir acesso à informação

em atividades governamentais ou corporativas de desenvolvimento. Em alguns contextos nos quais o espaço da sociedade civil é restrito, os BPDs têm sido úteis em sustentar o envolvimento da sociedade civil e na criação de algum espaço para a participação cívica. O processo de Estratégia de Parceria com o País do Banco Mundial, por exemplo, tem sido usado por grupos da sociedade civil na região do Oriente Médio e Norte da África para que cidadãos tenham um espaço para levantar preocupações com planos de desenvolvimento dos governos.

RESPONSABILIDADE

Muitos BPDs têm mecanismos de responsabilização e denúncias para responder a queixas quando políticas de salvaguarda não são obedecidas. Isso é especialmente importante, uma vez que a maioria dos BPDs com atividades internacionais não podem ser processados judicialmente pelos impactos de seus projetos. Os mecanismos de responsabilização podem fornecer um processo útil para a mediação entre comunidades e empresas ou governos. Podem ser utilizados para

atrair atenção nacional/internacional para queixas, propostas prejudiciais ou práticas injustas de um governo, empresa ou setor da indústria. Também podem ajudar a colocar pressão em empresas e governos para que respondam. Em alguns [casos](#), podem levar a melhorias concretas na vida das pessoas, como comunidades desabrigadas sendo [indenizadas](#) ou o cancelamento de um projeto prejudicial.⁸⁶

LIMITAÇÕES

Infelizmente, conforme descrito abaixo, ainda há limitações significativas no escopo e na implementação das salvaguardas ambientais e sociais dos BPDs, além de lacunas em outras políticas e práticas relacionadas à transparência, à responsabilização e à participação.



GRANDE PARTE DO TRABALHO DOS BPDs EXCLUÍDA DAS SALVAGUARDAS

As salvaguardas dos BPDs cobrem somente investimentos diretos em participação societária ou empréstimos de bancos, não se aplicando a uma grande parte do [portfólio](#) dos BPDs, incluindo empréstimos vinculados a reformas políticas ou assistência técnica.⁸⁷

FRACA IMPLEMENTAÇÃO DE SALVAGUARDAS

A implementação e a aplicação de salvaguardas de BPDs costumam ser processos fracos e [insuficientes](#).⁸⁸ Apesar das fortes políticas em favor da participação, ao menos no papel, as comunidades não costumam conseguir influenciar a tomada de decisão dos BPDs. Consultas e oportunidades de participação se tornam exercícios protocolares, sem espaço para, de fato, mudar projetos. O direito ao consentimento livre, prévio e informado de Povos Indígenas também não costuma ser garantido.

No papel, os maiores BPDs têm políticas declarando tolerância zero contra [represálias](#).⁸⁹ Em muitos países e contextos, no entanto, pessoas que fazem denúncias

envolvendo projetos de desenvolvimento são atacadas por fazê-lo. Os BPDs não conseguem implementar processos de devida diligência para avaliar e evitar riscos de represália quando dão suporte a projetos nesses contextos, ou responder a represálias quando ocorrem.

A implementação fraca é especialmente verdadeira para investimentos de BPDs por meio de intermediários financeiros. Nesses casos, as salvaguardas e outras políticas ambientais e sociais até são aplicáveis, mas dificilmente são implementadas.



ESTUDO DE CASO

NORMAS DE DESEMPENHO DO GRUPO DO BANCO MUNDIAL DEIXAM DE PROTEGER OS DIREITOS DE TRABALHADORES DO SETOR DE HOTELARIA

Após um compromisso de cinco anos com financiamento do grupo do Banco Mundial no setor de hotelaria, a União Internacional dos Trabalhadores da Alimentação, Agricultura, Hotelaria, Restaurantes, Tabaco e Afins (UITA), a federação sindical internacional do setor de hotelaria, e grupos aliados [documentaram](#) falhas de devida diligência e violações de salvaguardas em relação a 50 hotéis em 12 países

que recebem financiamento do banco. Apesar das proteções de direitos dos trabalhadores constarem nas normas de desempenho do IFC, houve [demissões retaliatórias](#) de diversos líderes sindicais, esforços para intimidar trabalhadores organizados, demissões abruptas em massa e ambientes de trabalho perigosos, entre outras violações das salvaguardas e da legislação nacional.⁹⁰

REPARAÇÕES CONTINUAM A SER RARAS

Quando os projetos não obedecem às salvaguardas, as comunidades dificilmente recebem reparações pelos prejuízos que o projeto causou. Às vezes, os BPDs abandonam projetos quando suas salvaguardas não são seguidas, mas isso também pode gerar problemas.⁹¹ Os BPDs podem abandonar os projetos sem nenhum

processo público, efetivamente removendo quaisquer salvaguardas de proteção que poderiam proporcionar nos bastidores. Tampouco prestam contas de como seus investimentos possibilitaram avanços de um [projeto prejudicial](#) que não teria procedido sem seu apoio.⁹²



LACUNAS DE RESPONSABILIDADE

De modo semelhante, os [processos de responsabilização](#) dos BPDs são limitados por não poderem exigir ações ou solicitar reparações suficientes e justiça, podendo vir com requisitos de admissibilidade restritivos ou lentidão na entrega de recomendações.⁹³ Vale notar que a sociedade civil está progredindo na luta por reparações,

inclusive para que mecanismos de denúncia tenham o papel de recomendar [reparações por danos causados](#) pela violação das políticas de seus bancos anfitriões,⁹⁴ e que os próprios BPDs formalizem sua [abordagem de reparação](#).⁹⁵ No entanto, o progresso nessa frente por parte dos BPDs segue lento.

MUITOS BPDs AINDA SÃO BASTANTE OPACOS

Apesar das políticas de transparência e divulgação, a maioria dos BPDs falha de maneira considerável em respeitar o direito de acesso à informação por parte das comunidades. Muitos BPDs chineses, por exemplo, impedem contratualmente que mutuários divulguem informações.⁹⁶ Embora a maioria dos BMDs multilaterais tenham políticas de acesso à informação e de transparência, as exceções são generalizadas e a

implementação de políticas de transparência pode ser bastante difícil. Os cidadãos não costumam sequer ver os contratos com os quais seus governos se endividam junto a BPDs. [Divulgações de informações sobre projetos](#) também não costumam ser atualizadas, podendo omitir detalhes cruciais, ser exageradamente [técnicas](#) e estar indisponíveis em idiomas locais.⁹⁷

DILUIÇÃO DE SALVAGUARDAS

Muitos clientes de BPDs e outras instituições estão lutando por uma flexibilização ainda maior das regras atuais. Como resultado, nos últimos anos, muitas políticas de salvaguarda foram diluídas ainda mais, concentrando-se em princípios ao invés de focar em requisitos específicos e possíveis consequências decorrentes de sua violação. Isso permitiu que projetos

fossem aprovados por planos de gestão ambiental e social sem avaliações ambientais e sociais rigorosas, confiando a [países e empresas tomadoras de empréstimos](#) (e seus próprios sistemas) uma maior responsabilidade pela determinação e implementação de salvaguardas.⁹⁸

SALVAGUARDAS NÃO PODEM SUBSTITUIR A LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Uma vez que BPDs são propriedade de Estados, devem agir como portadores de deveres dentro do sistema internacional de direitos humanos. Ainda assim, muitos BPDs multilaterais maiores não aceitam que o [sistema jurídico internacional de direitos humanos](#) se aplique a eles.⁹⁹ Justificam isso, em parte, afirmando que têm suas próprias salvaguardas ambientais e sociais. Na prática, no entanto, essas salvaguardas não são equivalentes a uma abordagem de desenvolvimento baseada em direitos humanos. Trata-se de uma resposta empresarial ou econômica inadequada, o que acaba sendo legitimada em função do enorme poder dos BPDs de definir normas.

Além do mais, quando normas de BPDs são usadas como referências, outras normas mais fortes podem ser prejudicadas. Por exemplo, a OCDE contou com as Normas de Desempenho do IFC como referência, e não com os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos, que, além de mais robustos, incluem uma responsabilidade de garantir reparações e refletem melhor a [legislação internacional de direitos humanos](#).¹⁰⁰





DEFINIÇÃO DE NORMAS: O IMPAÇTO SISTÊMICO DE BPDs EM POLÍTICAS E PRÁTICAS

Os BPDs têm um efeito significativo na economia global, sobretudo nas economias de países em desenvolvimento. Além dos impactos mais óbvios de seus investimentos diretos, os BPDs também têm impactos ocultos importantes. Conforme descrito abaixo, isso inclui um papel de liderança na

definição de padrões globais de financiamento do desenvolvimento, e em processos de moldar políticas e práticas nacionais em países em desenvolvimento. Os BPDs também afetam o setor privado, uma vez que indicam expectativas, definem padrões e desenvolvem capacidades.

O IMPACTO OCULTO DOS BANCOS PÚBLICOS DE DESENVOLVIMENTO

NORMAS GLOBAIS	POLÍTICAS NACIONAIS	POLÍTICAS DO SETOR PRIVADO
Poder convocatório Agências de Crédito de Exportação da OCDE Bancos dos Princípios do Equador Fundo Verde do Clima Normas de Desempenho do IFC Mecanismo de negociação de dívidas	Pessoas e cultura governamental Serviços de assessoria Assistência técnica Reforma política	Padrões Envio de sinais Efeito demonstrativo

É importante notar que países historicamente marginalizados têm uma voz mais fraca no FMI e nos BPDs. Espaços intergovernamentais – como a Assembleia Geral da ONU, a União Africana ou a Organização dos Estados Americanos – são mais representativos: cada país tem um voto equivalente, há mais espaços de participação da sociedade civil e há

uma estrutura de direitos humanos aplicável. Assim, quando o FMI e BPDs multilaterais maiores usam seu poder econômico para agir como entidades normativas, estão de fato agindo como governos paralelos, ultrapassando a relevância de órgãos intergovernamentais mais deliberativos que têm um papel normativo mais legítimo.

DEFINIÇÃO DE NORMAS GLOBAIS

BPDs têm um papel importante ao dar forma a normas globais sobre uma miríade de questões. Além da adoção ampla de suas salvaguardas, os BPDs frequentemente orientam discussões financeiras internacionais

para promover um modelo econômico neoliberal e ideais liberais democráticos, como sustentabilidade ambiental e social, transparência e equidade de gênero.



VOCÊ SABIA?

O IFC estima que suas [Normas de Desempenho](#) ambientais e sociais afetam cerca de US\$4,5 trilhões em investimentos.¹⁰¹ São o plano básico para 32 agências de crédito de exportação da OCDE, para muitos outros BPDs e para os [Princípios do Equador](#) seguidos por mais de 130 instituições financeiras, incluindo a maioria dos maiores bancos comerciais do planeta.¹⁰²

Os [Princípios do Equador](#) são um conjunto de diretrizes voluntárias adotadas por instituições financeiras para garantir que grandes projetos de infraestrutura considerem apropriadamente seus potenciais impactos sobre o meio-ambiente e comunidades afetadas.



Por exemplo, em discussões do G20, o Banco Mundial e o FMI têm focado em abordagens de dívidas baseadas em mercados que beneficiam, em grande medida, os mutuantes privados, e não um mecanismo de renegociação de dívida global no âmbito da ONU que proteja as pessoas de cortes graves em serviços essenciais.¹⁰³ O FMI e grandes BPDs multilaterais têm poder significativo de definição de normas em relação a questões de endividamento. São os credores preferenciais, o que significa que são pagos primeiro em relação a outros credores. Isso lhes dá um imenso poder em relação a um país declarar falência ou não, além de uma responsabilidade correspondente de liderar esforços de mitigação de dívidas. Além disso, uma vez que as avaliações de credibilidade e sustentabilidade de dívida

do FMI e do Banco Mundial são utilizadas por diversas instituições financeiras, chegam a definir o futuro econômico do país avaliado.

Os BMDs tradicionais também têm um papel convocatório, reunindo diferentes elites globais para compartilhar estratégias, “**produtos de conhecimento**” e para influenciar teorias, práticas e políticas. Por exemplo, desde 2020, o encontro Finance in Common (Finanças em Comum) tem sido um dos principais espaços onde BPDs se encontram para discutir prioridades e promover debates sobre questões de desenvolvimento cruciais com governos e o setor privado, mas sem uma representação significativa das comunidades afetadas pelas decisões que tomam.

DEFININDO POLÍTICAS E PRÁTICAS NACIONAIS

Embora haja mais evidência de que os grandes bancos multilaterais de desenvolvimento liderados pelo Norte Global influenciam nas políticas e práticas nacionais do Sul Global, mesmo os BPDs da China e aqueles liderados pelo Sul Global – voltados mais para empréstimos vinculados a projetos – têm um forte impacto prático nas áreas em que operam, sobretudo em relação à

infraestrutura e ao comércio. Há uma variação quanto à influência dessas instituições ser positiva ou negativa. Em todo caso, ela é capaz de causar um curto-circuito no debate público e em processos democráticos regulares, distorcendo as linhas convencionais de responsabilização governamental.

INFLUENCIANDO PESSOAS E INFLUENCIANDO A CULTURA GOVERNAMENTAL

No passado, os BPDs e o FMI foram criticados por forçar um modelo neoliberal no Sul Global. No entanto, atualmente, a abordagem de priorizar o setor privado é tão hegemônica que os governos e os BPDs muitas vezes a reforçam mutuamente, chegando a se acusar mutuamente por ações socialmente impopulares. Os tecnocratas de nível nacional são treinados nas mesmas escolas e com as mesmas abordagens políticas e econômicas que os economistas dos PDBs. Em diversos países, já existe a expectativa de que um burocrata buscando se tornar ministro da fazenda tenha trabalhado em um cargo de liderança no Banco Mundial. Instituições como o Banco Mundial financiam formações e aquisição de capacidades para burocratas e funcionários públicos, incluindo parlamentares, professores, juízes e policiais. Muitos BPDs têm regras e processos para promover boas práticas de governança e combater a corrupção. Ao mesmo tempo, há incontáveis exemplos de investimentos de BPDs sendo utilizados para apoiar regimes autocráticos e projetos que fomentam a corrupção burocrática.¹⁰⁴



Protesto em frente ao Banco Mundial em 2014.
Crédito: International Accountability Project.



SERVIÇOS CONSULTIVOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Para muitos dos BPDs importantes de liderança ocidental, uma parte substancial de sua influência se dá pelos conselhos e assistência técnica que fornecem a clientes. Alguns oferecem assistência técnica para fortalecer a capacidade de governos nacionais e locais de fazer planos climáticos ou fortalecer a transparéncia. No entanto, grande parte da assistência

técnica dos BPDs se volta para delinear ambientes de política nacional para favorecer o setor privado. O Banco Mundial, por exemplo, usou assistência técnica para reelaborar o [código nacional de mineração do Haiti](#), incluindo disposições que restringiram drasticamente o acesso à informação.¹⁰⁵

REFORMA DE POLÍTICAS

Além de usar empréstimos vinculados a reformas políticas, como mencionado na seção “Tendências de Investimento”, os maiores BPDs usaram suas [ferramentas de avaliação](#) (como o relatório [“Doing Business”](#) ([‘Fazendo Negócios’](#)) do Banco Mundial ou o Diagnóstico de Setor Privado por País) para fazer recomendações

por reformas pró-empresas, promovendo desregulamentação, aumentando o envolvimento do setor privado em serviços essenciais como saúde e educação, e enfraquecendo a capacidade do Estado de supervisionar e aplicar suas próprias leis.¹⁰⁶



ESTUDO DE CASO

ENFRAQUECIMENTO DE LEIS TRABALHISTAS E SUA APLICAÇÃO NA MOLDÁVIA

Como resultado dos esforços do Banco Mundial de [enfraquecer agências de inspeção trabalhista](#) em diversos países do leste europeu, a Moldávia descentralizou suas inspeções trabalhistas. O país terceirizou inspeções de saúde e segurança ocupacional para [entidades](#) sem experiência em proteção de trabalhadores e limitou as inspeções não anunciadas com o argumento de que o número elevado de

[inspeções](#) cria custos excessivos.¹⁰⁷ O enfraquecimento dessa supervisão em saúde e segurança ocupacional veio na contramão das normas da Organização Internacional do Trabalho. Sindicatos nacionais se [mobilizaram e tiveram sucesso](#) em fazer com que o Estado revertesse as reformas e colocasse a saúde e segurança ocupacional novamente sob a alçada do órgão nacional de inspeção trabalhista.¹⁰⁸



VOCÊ SABIA?

O [relatório “Doing Business” do Banco Mundial](#)¹⁰⁹ resultou em mais de [3.800 mudanças de políticas](#), incluindo a redução de impostos corporativos, a diminuição da aposentadoria dos trabalhadores e a flexibilização de proteções ambientais.¹¹⁰



VOCÊ SABIA?

Os BPDs afetam os impostos e a arrecadação dos governos nacionais.

- As reformas políticas defendidas pelos BPDs – promovendo incentivos fiscais para empresas, criando zonas econômicas especiais, PPPs e a terceirização de bens e serviços públicos – corroem a base tributária nacional.
- Os BPDs também influenciam governos a aumentar ou introduzir [novos impostos](#) para cidadãos comuns, reduzindo impostos para os mais riscos e as empresas.¹¹¹



EFEITO DE DEMONSTRAÇÃO

A aplicação das políticas dos BPDs também pode ter um efeito demonstrativo mais amplo entre políticas governamentais. Se uma agência governamental mudar de sistema ou estrutura para atender normas mais elevadas, essa mudança pode se estender para atividades futuras para além do projeto em questão.

Muitos governos, por exemplo, têm incorporado normas do Banco Mundial sobre o reassentamento de populações deslocadas por projetos em sua legislação nacional. O processo de elaboração de uma [Estratégia de Parceria de País](#) - EPP (Country

Partnership Framework - CPF) do Banco Mundial, cujas diretrizes foram recentemente revisadas, e de iniciativas semelhantes de outros bancos multilaterais regionais pode influenciar significativamente políticas de desenvolvimento nacional. Cada estratégia de parceria de país, teoricamente, deve ter um plano nacional de mudanças climáticas, criando mais um meio de influenciar o planejamento climático nacional. No entanto, as organizações da sociedade civil têm documentado [casos de EPPs](#) altamente [problemáticas](#) que, entre outras falhas, não contaram com [consultas](#) adequadas a sociedade civil na sua elaboração.¹¹²

INFLUENCIANDO POLÍTICAS E PRÁTICAS DO SETOR PRIVADO

Os BPDs têm um imenso impacto sobre como empresas privadas se comportam, uma vez que podem influenciá-las por meio de suas políticas, pela definição de padrões, pelo desenvolvimento de capacidades e pelo envio de sinais.

Os BPDs têm desempenhado um importante papel, à nível global, no aumento do uso e da qualidade das avaliações de impacto ambiental e social. Muitos BPDs usam contratos padrão, documentos de licitação e códigos de conduta que podem mudar práticas corporativas (em assuntos como violência de gênero ou a garantia da acessibilidade, por exemplo). Seus investimentos enviam fortes sinais para os investidores

considerados socialmente responsáveis, que podem passar a depender das salvaguardas dos BPDs e de seus processos de devida diligéncia ou monitoramento.

A experiência de aplicar normas ou práticas mais elevadas com sucesso também pode ter um efeito de demonstração. Em países onde o respeito por direitos trabalhistas costuma ser baixo, um projeto que cumpre normas trabalhistas dos BPDs pode encorajar outras empresas a interagir com sindicatos e respeitar direitos. Os BPDs não são tão rápidos em retirar investimentos de empresas que deixaram de cumprir políticas ou salvaguardas, mas o risco dessa retirada pode ter um forte efeito de desencorajamento.



ESTUDO DE CASO

ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Depois que grupos da sociedade civil levantaram queixas quanto à violência de gênero associada a um [projeto rodoviário financiado pelo Banco Mundial em Uganda](#), o banco adotou diversas medidas para responder à questão. Essas medidas estão tendo

um efeito cascata em outros BPDs e em indústrias privadas globalmente.¹¹³ Em 2020, o Banco Mundial introduziu um mecanismo capaz de desqualificar empreiteiros que deixem de cumprir obrigações relacionadas à prevenção da violência de gênero.¹¹⁴



ESTUDO DE CASO

ENFRENTANDO VIOLAÇÕES NO SETOR DE ÓLEO DE PALMA

Depois que grupos da sociedade civil denunciaram ao IFC e ao Banco Mundial que os investimentos em óleo de palma (dendê) estavam causando grilagem de terras públicas e abusos de direitos, o Grupo do Banco Mundial acabou adotando uma política de investir somente em projetos envolvendo empresas

com certificação que cumprem a [Mesa Redonda sobre os Princípios e Critérios do Óleo de Palma Sustentável](#).¹¹⁵ A eficácia das normas é discutível, mas a adesão do grupo do Banco Mundial a elas teve um grande impacto na sua adoção no setor do óleo de palma.



PREJUDICANDO COMUNIDADES, PAÍSES E O PLANETA

Como resultado dos investimentos e da definição de padrões pelos BPDs, além das limitações de suas salvaguardas, os bancos de desenvolvimento acabam prejudicando as pessoas e o planeta, impedindo que comunidades, países e Povos Indígenas busquem seus próprios caminhos de desenvolvimento e prioridades.



Plantação de algodão.

Credito: Karl Wiggers, Unsplash.

INCENTIVO A REPRESÁLIAS E ABUSOS DE DIREITOS

Os BPDs são parte de um modelo de desenvolvimento verticalizado “de cima para baixo”, sem levar em conta a diversidade de cosmovisões de muitas comunidades tradicionais, que têm suas próprias formas de desenvolvimento e prioridades. Em vez de democratizar e descentralizar a [tomada de decisão sobre o desenvolvimento](#) para aqueles que mais sofrem com seus impactos – justamente aqueles que deveriam ser os beneficiários do financiamento do desenvolvimento –, os BPDs costumam tomar decisões a portas fechadas com elites governantes e empresariais.¹¹⁶ Muitos se recusam a aceitar que o sistema de direitos humanos também se aplica a eles ou que a população pode exigir sua responsabilização nos tribunais nacionais.

A falta de uma abordagem participativa e liderada por comunidades locais – além de falhas em conduzir um processo de devida diligência significativo – exacerbá os desequilíbrios de poder existentes e fomenta [abusos de direitos](#), como a [grilagem de terras públicas e outras formas de apropriação privada de territórios e recursos naturais](#).¹¹⁷ Grupos em situações de vulnerabilidade – como mulheres, membros da comunidade LGBTQIA+, povos indígenas, pessoas com deficiência e crianças, entre outros – costumam ser desproporcionalmente afetados.

BANCOS PÚBLICOS DE DESENVOLVIMENTO E QUESTÕES DE GÊNERO

Há um [abismo entre a retórica dos bancos de desenvolvimento e suas ações](#). Os documentos dos BPDs cada vez mais adotam uma abordagem sensível ao gênero e uma redação recomendada pela sociedade civil. Porém, frequentemente as ações dos BPDs promovem paradigmas de privatização e austeridade que prejudicam desproporcionalmente os direitos de

mujeres e membros da comunidade LGBTQIA+, por exemplo, reduzindo seu acesso a serviços públicos ou promovendo projetos que os colocam em risco.¹¹⁸ Muitos projetos de desenvolvimento também estão ligados a níveis elevados de militarização, o que por sua vez leva a um aumento nos riscos associados a questões de gênero.



Investimentos de BPDs também podem outorgar poder e legitimidade a capitalistas clientelistas, regimes corruptos e abusivos, fomentando conflitos e até a atividade de grupos armados.¹¹⁹ O aumento no

financiamento ou pressão de BPDs também pode fazer com que um governo ignore a oposição pública ou reprima protestos.¹²⁰



ESTUDO DE CASO

DESENVOLVIMENTO CRIMINOSO

Em Honduras, após o golpe de estado de 2009, os BPDs entraram com novos investimentos apesar da ausência de democracia e dos flagrantes abusos de direitos e casos de corrupção. Um processo de devida diligéncia adequado teria revelado que os maiores bancos de Honduras eram controlados por redes familiares da elite vinculadas à corrupção e abusos de direitos. Também teria mostrado que muitas empresas de ‘holding’ – como aquelas envolvidas em propostas de projetos de energia – estavam ligados a grupos criminosos. Ainda assim, os BPDs ignoraram políticas de salvaguarda e usaram esses bancos como intermediários financeiros, acabando por financiar a violência e cartéis criminosos.¹²¹

No caso de Agua Zarca,¹²² um projeto de hidrelétrica financiado por diversos BPDs – incluindo FMO, BCIE e o IFC – os executivos da empresa conspiraram com o governo hondurenho, assassinando a líder indígena e defensora ambiental Berta Cáceres. Por anos, a FMO e outros financiadores ignoraram o protesto coletivo conduzido por Berta e sua organização, COPINH. Somente depois do assassinato de Berta e uma poderosa mobilização coletiva é que os BPDs acabaram se retirando do projeto.¹²³



Berta Cáceres e a comunidade indígena resistindo à barragem Agua Zarca em Honduras.

Crédito: Goldman Environmental Prize.

POLUIÇÃO E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

O modelo de desenvolvimento extrativista e intensivo em exportação promovido pelos BPDs afeta adversamente o meio-ambiente e os recursos naturais. Por exemplo, os BPDs contribuem para o desmatamento e a perda de diversidade ao apoiar grandes projetos de infraestrutura com pegadas significativas, megaprojetos de mineração que destroem a cobertura florestal, indústrias que poluem sistemas hídricos e esforços de conservação que desabrigam guardiões tradicionais das florestas.¹²⁴

Muitos BPDs têm uma “**dívida climática**”. Eles têm apoiado ativamente projetos com impactos negativos sobre o clima há gerações, financiando algumas das indústrias mais sujas e das atividades mais destruidoras para o clima.¹²⁵ E, embora muitos BPDs estejam agindo de modo a reduzir investimentos diretos em carvão e outros combustíveis fósseis, continuam a oferecer indiretamente um imenso suporte a atividades negativas para o clima.¹²⁶



MAIOR ENDIVIDAMENTO PÚBLICO

Muitos dos maiores BPDs, especialmente os multilaterais, detêm uma grande parcela de endividamento dos países. Embora alguns BPDs ofereçam um limitado auxílio baseado em concessões, a maior parte do seu financiamento se dá por meio de empréstimos. Os BPDs chineses fornecem, quase que exclusivamente, financiamento não-concessional, com prazos de amortização mais curtos.¹²⁷ Algumas instituições, como a Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID) do Banco Mundial e muitos BPDs regionais oferecem empréstimos em condições favoráveis aos países de baixa renda, proporcionando uma fonte de financiamento relativamente barata e com [prazos de pagamento mais](#)

[longos](#).¹²⁸ Para países que não estão no nível de renda mais baixo, a maior parte do financiamento dos BPDs é acompanhada de taxas de juros mais elevadas.

Além do mais, a maioria dos empréstimos dos BPDs são feitos em dólares americanos ou outras moedas fortes, o que significa que, se a moeda do país se desvalorizar ao longo da vigência do empréstimo, ficará muito mais difícil quitá-lo. Há uma complicação adicional devido ao fato de que parcelas significativas do endividamento público obtidas de BPDs podem ser consideradas dívidas dúbiais, uma vez que foram contraídas por governos corruptos e sem um processo de devida diligência em direitos humanos por parte dos BPDs.

CONCLUSÃO

Embora dificilmente estejam no centro dos debates públicos, os bancos de desenvolvimento exercem um forte impacto em nossas vidas, em nossos países e no nosso planeta. Apesar da narrativa vigente do financiamento do desenvolvimento como solução de primeira ordem para resolver os problemas do mundo, os BPDs costumam ter impactos negativos. De fato, como vimos nesta análise, o modelo econômico e de desenvolvimento promovido pela maioria dos BPDs – além dos projetos, políticas, empresas e autoridades que sustentam – costumam contribuir em grande medida para a vulnerabilidade e o subdesenvolvimento do Sul Global.

Embora a maioria dos BPDs de liderança ocidental afirmem que sua missão é eliminar a pobreza e promover a inclusão econômica, na prática eles replicam um modelo colonial ancorado na extração de recursos e de mão de obra no Sul Global. Para alimentar demandas da elite e das corporações, os BPDs ocidentais promovem abordagens como a privatização e a financeirização, que seguem fomentando a [desigualdade](#), a vulnerabilidade e [conflitos sociais](#).¹²⁹

As missões de BPDs liderados pela China e o Sul Global – como o BAI e o NDB – se concentram mais na infraestrutura sustentável. No entanto, a abordagem subjacente também está voltada para a conexão com [mercados globais](#) e cadeias de fornecimento, em vez de priorizar [caminhos de desenvolvimento com lideranças locais](#).¹³⁰

O que todos esses bancos de desenvolvimento têm em comum é o fato de não estarem conseguindo lidar com as causas fundamentais dos problemas que pretendem resolver e, em vez disso, chegam até a exacerbá-los. Esta análise, baseada nas perspectivas de dezenas de especialistas da sociedade civil do Sul Global, tenta desmistificar uma narrativa que se baseia em compromissos ambiciosos explicitados nas políticas dos bancos, mas que não condizem com as realidades locais. Ao fazer isso, esperamos abrir um debate muito necessário sobre o papel que os bancos de desenvolvimento estão desempenhando na arquitetura financeira global e a importância de responsabilizar essas instituições coletivamente por seus impactos sobre as pessoas e o planeta.



Movimento de resistência contra a mina de cobre Las Bambas, no Peru.



NOTA SOBRE A METODOLOGIA

Este relatório não tem a intenção de refletir a análise ou a opinião de nenhuma pessoa, organização ou rede. Mais do que isso, trata-se de uma tentativa de capturar a análise coletiva e as diversas perspectivas de vários membros e aliados da Coalizão.

A primeira versão foi produzida por Gretchen Gordon (conselheira da secretaria da Coalition for Human Rights in Development e antiga coordenadora da mesma) por meio de uma série de entrevistas com as seguintes pessoas:

Motoko Aizawa (independente) | Nancy Alexander (independente) | Leo Baunauch (antigamente ITUC) | Elana Berger (Bank Information Center) | Annie Bird (independente) | Patrick Bond (University of Johannesburg) | Nadia Daar (antigamente Oxfam) | Kate DeAngelis (Friends of the Earth) | Amy Ekdawi (Arab Watch Coalition) | Paulina Garzón (Latinoamérica Sustentable) | Kate Geary (Recourse) | Kris Genovese (SAGE Fund) | Rayyan Hassan (NGO Forum on ADB) | Josh Klemm (International Rivers) | Chiara Mariotti (antigamente Eurodad) | Jocelyn Medallo (International Accountability Project) | Stefano Prato (Society for International Development) | Rebecca Ray (Boston University) | Rebecca Riddell (antigamente NYU Human Rights and Privatization Project) | María José Romero (Eurodad) | Liane Schalatek (Heinrich Boll Foundation) | Jolie Schwarz (antigamente Oxfam) | Lena Semit (Human Rights Watch) | Shereen Talaat (Arab Watch Coalition) | Luiz Vieira (Bretton Woods Project) | Jim Wormington (Human Rights Watch).

Para solicitar feedback, a primeira versão foi traduzida para o espanhol e o francês e amplamente compartilhada com as pessoas entrevistadas e com os membros e parceiros da Coalizão. Outros comentários foram obtidos durante quatro workshops de consulta (uma consulta global em inglês, uma em espanhol para grupos da América Latina, uma em inglês e francês para grupos da África e uma em inglês para grupos da Ásia). Durante essas consultas, a secretaria da Coalizão documentou o feedback sobre lacunas e discordâncias, bem como sobre como alterar o documento para melhor atender às necessidades e às metas das organizações participantes. Várias pessoas também fizeram comentários por escrito, elaboraram seções e estudos de caso e ajudaram a editar o documento.

A lista de pessoas que participaram e/ou contribuíram para os vários workshops, e/ou contribuíram por meio da escrita, inclui:

Wisdom Adjawlo (Jeunes Volontaires pour l'Environnement, JVE, Gana) | Fiana Arbab (Oxfam) | Harry Bignel (Oxfam) | Joseph Byomuhangyi (Uganda Consortium on Corporate Accountability, UCCA, Uganda) | Saeed Baloch (Pakistan Fisherfolk Forum) | Sarah Brooks (International Service for Human Rights) | Tala Batangan (Reality of Aid Asia Pacific, Filipinas) | Tarita Baldan (Global Health Advocates) | Gustavo Castro (Otros Mundos) | Ladd Connell (Bank Information Center) | David Cruz (Asociación Ambiente y Sociedad, Colômbia) | Babacar Diouf (Lumière Synergie pour le Développement, LSD, Senegal) | Christian Donaldson (Oxfam) | Sukhgerel Dugersuren (OT Watch Mongolia) | Gaelle Dusepulchre (FIDH, France) | Susan Engel (University of Wollongong) | Cesar Gamboa (Derecho, Ambiente y Recursos Naturales, DAR, Peru) | Kate Geary (Recourse) | Kris Genovese (SAGE Fund) | Leandro Gomez (Fundación Ambiente y Recursos Naturales, Argentina) | Rayyan Hassan (NGO Forum on ADB, Philippines) | Emilia Hermosa (Latinoamerica Sustentable) | Nazer Hossain (ISDE Bangladesh) | Carolina Juaneda (Bank Information Center) | Asim Nawaz Khan (Paquistão) | Malang Kondjira | Arnold Kwesiga (Centre for human rights, University of Pretoria, África do Sul) | Collins Liko (ESCR-Net) | Katharine Lu (Friends of the Earth, Estados Unidos) | Fatoumata Mbodj (LSD, Senegal) | Veronique Mbole (Green Development Advocates, Camarões) | Hasan Mehedi (CLEAN Bangladesh) | Robi Chacha Mosenda (Accountability Counsel) | Anuradha Munshi (CFA) | John Mwebe (IAP, Uganda) | Spencer Nelson (Global Labor Justice) | Rovik Obanil (Freedom from Debt Coalition Philippines) | Linda Oduor-Noah (Oxfam) | Marjorie Pamintuan (Recourse) | Andri Prasetyo (Trend Asia) | Fiza Qureshi (Indus Consortium, Paquistão) | Tanya Lee Roberts-Davis (NGO Forum on ADB) | María José Romero (Eurodad) | Gonzalo Roza (Fundeps) | Feliciano Santos (MODETEAB) | Alejandra Scampini (ESCR-net) | Maia Seeger (Sustentarse, Chile) | Annabella Sibrian (Protection International Mesoamerica) | Lena Simet (Human Rights Watch) | Angela Tritto | Ritu Thapa (Indigenous Women Legal Awareness Group, INWOLAG, Nepal).

Contribuíram na versão brasileira do relatório: Fernanda Pinheiro, Giovanna Valentim e Brent Milikan (Conectas Direitos Humanos).



FERRAMENTAS E RECURSOS SOBRE BPDs

O SISTEMA DE ALERTA PRÉVIO (EWS)

O EWS - que está vinculado ao International Accountability Project (IAP) - garante que as comunidades locais e as organizações que as apoiam tenham informações verificadas sobre os projetos que estão sendo propostos nas principais instituições financeiras de desenvolvimento e estratégias claras de defesa de direitos - de preferência antes que o financiamento seja decidido. Ele inclui o primeiro banco de dados liderado pela sociedade civil que resume os projetos propostos e aprovados nos maiores bancos de desenvolvimento, que tem sido atualizado diariamente desde janeiro de 2016. Para mais informações:

<https://ews.rightsindevelopment.org/about>

FERRAMENTAS PARA ATIVISTAS: UM GUIA DE INFORMAÇÃO E MOBILIZAÇÃO PARA O GRUPO DO BANCO MUNDIAL (2020)

Bank Information Center (BIC), disponível online em:
<https://bankinformationcenter.org/en-us/update/toolkit-for-activists/>

ENTENDENDO O BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO (2023)

Accountability Counsel, Arab Watch Coalition, Bank Information Center (BIC), Both ENDS, Center for International Environmental Law (CIEL), Coalition for Human Rights in Development, International Accountability Project (IAP), and Lumière Synergie pour le Développement (LSD), disponível online em:
<https://rightsinddevelopment.org/afdb-guide-eng/>

GUIA DA COMUNIDADE PARA O BANCO ASIÁTICO DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA (2020)

Inclusive Development International (IDI), disponível online em: <https://www.inclusivedevelopment.net/tools/community-guide-to-the-asian-infrastructure-investment-bank/>

GUIAS CIDADÃOS PARA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS

CEE Bankwatch Network, disponível online em:
<https://bankwatch.org/get-involved/guides>

GUIAS DE AÇÃO COMUNITÁRIA SOBRE O BANCO ASIÁTICO DE DESENVOLVIMENTO (2020)

International Accountability Project, disponível online em: <https://accountabilityproject.org/work/community-organizing/community-action-guides/>

PROTEGENDO OS POVOS E O MEIO AMBIENTE NOS INVESTIMENTOS CHINESES (2020)

Inclusive Development International (IDI), disponível online em: https://www.inclusivedevelopment.net/wp-content/uploads/2020/01/2019_idi_china-safeguards-guide-final.pdf

RECURSOS E GUIAS SOBRE MECANISMOS DE RESPONSABILIZAÇÃO DE BPDs:

Accountability Counsel, disponível online em:
<https://www.accountabilitycounsel.org/accountability-resources/guides>





GLOSSÁRIO

- **Acordo Climático de Paris:** um tratado internacional juridicamente vinculante no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), que entrou em vigor em 2016. Seu objetivo de longo prazo é reduzir os efeitos da mudança climática e fornecer uma estrutura para apoiar os países em seus esforços de ação climática, incluindo a mobilização de financiamento climático.
- **Agências de auxílio bilaterais** são comandadas por um único país doador e fornecem assistência financeira a países em desenvolvimento. Os países doadores financiam suas próprias agências de auxílio para promover o desenvolvimento econômico, reduzir a pobreza e garantir o bem-estar social em países em desenvolvimento. Eles fornecem concessões e auxílio técnico.
- **Assistência técnica**, no contexto do desenvolvimento, é uma forma de auxílio para oferecer aos países o conhecimento especializado para promover o desenvolvimento. Isso pode incluir o envio de especialistas e consultores para dar assessoria em questões específicas, elaborar relatórios e outros produtos de conhecimento ou organizar a construção de capacidade e formação.
- **Bancos de Desenvolvimento Público (BPDs)** são instituições financeiras de propriedade de ou regidas integralmente por um ou mais governos. Trabalham apoiando uma missão de política pública para canalizar recursos públicos aos setores público e privado por meio de diferentes mecanismos de financiamento.
- **Classificação de crédito** é uma medida que avalia a probabilidade de um Estado ou outro agente econômico pagar um empréstimo. As agências de classificação de crédito atribuem classificações com base em vários fatores, inclusive a força financeira, a lucratividade e o histórico de pagamento de empréstimos da entidade. Uma classificação de crédito mais alta indica um risco menor de inadimplência, e uma classificação de crédito mais baixa indica um risco maior de inadimplência.
- **Condicionalidade** se dá quando bancos de desenvolvimento vinculam condições aos seus investimentos para influenciar as políticas e o comportamento dos países beneficiários. A condicionalidade é controversa porque dá forma a leis, políticas e práticas nacionais de forma não democrática, violando o direito dos países à autodeterminação.
- **Consentimento livre, prévio e informado (CLPI)** é um requisito no âmbito do direito internacional para obter a permissão de Povos Indígenas antes de empreender qualquer atividade que possa afetar suas terras ou recursos. O CLPI é essencial para garantir que povos indígenas possam autodeterminar decisões que afetam suas vidas.
- **Dívida climática** é uma dívida dos grandes poluidores para com aqueles que sofrem o impacto da mudança climática pelos danos causados por suas contribuições desproporcionalmente maiores para o aquecimento global e a mudança climática por meio de atividades econômicas e outras atividades. O conceito é frequentemente usado no contexto da dívida climática devida pelos países industrializados aos países de baixa renda.
- **Efeito de demonstração** é a ideia de que, quando uma nova tecnologia ou prática é implementada com sucesso em um local, ela pode inspirar outras pessoas a adotá-la em outros locais.
Financeirização é o processo pelo qual mercados e instituições financeiras dominam a economia. Caracteriza-se pelo uso maior de dívidas, o crescimento da especulação financeira e a concentração de riqueza nas mãos de poucos.
- **Financiamento climático** geralmente se refere ao financiamento de atividades que visam a mitigação ou adaptação aos impactos das mudanças climáticas. O financiamento climático está relacionado aos conceitos sobrepostos de financiamento verde, financiamento sustentável e financiamento de baixo carbono.



- **Financiamento misto** é um tipo de financiamento que combina capital público e privado para investir em projetos. O objetivo do financiamento misto é agregar capital privado a projetos nos quais o setor privado não investiria a princípio.
- **Intermediários financeiros (IF)** são instituições financeiras (geralmente bancos comerciais ou fundos de investimento privado) que recebem dinheiro de BPDs e então o repassam para outros clientes ou projetos de modo que os clientes dos IFs se tornem “subclientes” dos BPDs e os projetos financiados por IFs passem a ser “subprojetos” dos BPDs.
- **Instituições de financiamento do desenvolvimento (DFIs)** são instituições nacionais e internacionais que fornecem empréstimos, concessões e outros investimentos para projetos e atividades no mundo inteiro. A definição de DFIs geralmente se sobrepõe à de BPDs.
- **Mecanismos de financiamento** são formas de arrecadar e distribuir dinheiro. Governos, empresas e indivíduos podem usá-los para financiar várias atividades, como investimentos, empréstimos e comércio. Alguns mecanismos de financiamento comuns são bancos, títulos, ações e capital de risco.
- **Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)** são 17 objetivos adotados pela ONU em 2015. Eles oferecem um marco global para o desenvolvimento que pode ajudar a orientar governos, empresas e indivíduos em seus esforços para criar um futuro mais sustentável, erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir prosperidade para todos.
- **Parcerias Público-privadas (PPPs)** envolvem a colaboração entre agências governamentais e empresas do setor privado para financiar, construir e operar projetos.
- **Participação acionária (equity)** é um tipo de investimento que dá aos investidores uma parcela na titularidade de uma empresa. Os BPDs proporcionam capital a empresas de países em desenvolvimento que os bancos comerciais consideram muito arriscado para empréstimos. Os BPDs também investem em empresas que visam responder a desafios sociais ou ambientais.
- **Produtos de conhecimento** são materiais criados para compartilhar informações e conhecimento. Eles podem assumir várias formas, como relatórios, artigos, vídeos e sites. Esses produtos podem ajudar a aumentar a conscientização sobre questões importantes, compartilhar práticas recomendadas e desenvolver capacidades.
- **Passivo** geralmente se refere ao estado de ser responsável por algo, também podendo se referir a qualquer dinheiro ou serviço devido a outrem.
- **Responsabilização** se refere à obrigação de indivíduos e organizações de responder por seus atos. Trata-se de um elemento essencial da boa governança que garante que os recursos de desenvolvimento sejam usados efetivamente. A responsabilidade pode ser promovida por diversos mecanismos, como a transparência, a participação e a supervisão independente.
- **Salvaguardas** são medidas adotadas para proteger pessoas e o meio ambiente dos impactos negativos de projetos de desenvolvimento. As salvaguardas podem incluir requisitos de avaliações de impacto ambiental, avaliações de impacto social e planos de reassentamento.
- **Securitização** é a conversão da promessa de dinheiro futuro – como pagamentos de juros esperados ou a quitação de um empréstimo – em um ‘produto financeiro’ (também chamado de ‘título comercializável’) que pode ser vendido para outros investidores. Frequentemente envolve o agrupamento de diversos tipos de recebíveis e sua venda como títulos ou valores mobiliários. Embora a securitização seja vista como ferramenta válida para mobilizar capital pelo desenvolvimento, também se trata de uma prática financeira arriscada.



ENDNOTES

1 Ver, por exemplo, International Accountability Project (IAP), “Early Warning System - Development Bank Financing 2018-2022”, disponível online em <https://public.tableau.com/app/profile/iapt tableau/viz/DRAFT-EWSFullDatabaseforReviewonly/EWS#1>; World Bank, “Annual Report” (2022), disponível online em <https://www.worldbank.org/en/about/annual-report>; Asian Development Bank, “Annual Report” (2022), disponível online em <https://www.adb.org/documents/adb-annual-report-2022>; Global Development Policy Center, “Tracking China’s Overseas Development Finance” (2020), disponível online em <https://www.bu.edu/gdp/2020/12/07/tracking-chinas-overseas-development-finance>; OECD, “Export credit statistics (2009 - 2009)”, OECD, disponível online em <https://www.oecd.org/trade/topics/export-credits>.

2 A definição utilizada neste relatório é semelhante àquela utilizada no banco de dados de BPDs do Finance in Common, mas diverge em alguns sentidos (por exemplo, a definição do Finance in Common inclui instituições que atendem somente clientes domésticos e exclui instituições de concessão como o Fundo Verde do Clima). Ver, por exemplo, Institute of New Structural Economics at Peking University, “Mapping 500+ Development Banks: Qualification Criteria, Stylized Facts, and Development Trends” (2021), disponível online em https://financeincommon.org/sites/default/files/2021-10/Mapping%20PDBs%20Worldwide_0.pdf.

3 De 2016 a 2021, 30 BPDs novos foram fundados. Ver, por exemplo, AFD and Peking University, “PDBs database”, disponível online em <https://www.nse.pku.edu.cn/dfidatabase/datavisualization/index.htm>.

4 Ver, por exemplo, World Bank, “World Development Report” (2022), disponível online em <https://www.worldbank.org/en/publication/wdr2022>; International Development Finance Club, “PDBs catalytic role in achieving the SDGs” (2022), disponível online em <https://www.idfc.org/wp-content/uploads/2022/12/cib-etude-green-hub-web-15dec-144dpi-compressed.pdf>.

5 Entre 2010 e 2019, o auxílio de desenvolvimento oficial (ODA) total canalizado pelo sistema de desenvolvimento multilateral cresceu em 35%. Ver, por exemplo, OECD, “Comparing multilateral and bilateral aid” (2022), disponível online em <https://www.oecd.org/dac/2022-mdf-comparing-multilateral-bilateral-aid.pdf>.

6 Ver, por exemplo, Sridhar, D., Winters, J. and Strong, E., “World Bank’s financing, priorities, and lending structures for global health” (BMJ, 2017), disponível online em <https://doi.org/10.1136/bmj.j339>; Eurodad, “Our future is public: Why the IMF and World Bank must support public services” (2022), disponível online em https://www.eurodad.org/our_future_is_public_why_the_imf_and_world_bank_must_support_public_services; World Bank, “Education”, disponível online em <https://www.worldbank.org/en/topic/education>.

7 Ver, por exemplo, Horn S. et. al, “China as an International Lender of Last Resort” (Kiel Institute for the World Economy Working Paper, No. 2244 March 2023) disponível online em https://www.ifw-kiel.de/fileadmin/Dateiverwaltung/IfW-Publications/-ifw/Kiel_Working_Paper/2023/KWP_2244_China_as_an_International_Lender_of_Last_Resort_KWP_2244.pdf.

8 Barroso, E., Castel-Branco, R., and Monjane, B., (ALTERNACTIVA and Wo-Min), “Fast-tracking Financialization: International Financial Institutions’ Responses to the Covid-19 Pandemic in Mozambique” (2022), disponível online em <https://rightsinddevelopment.uwazi.io/api/files/1642438947267zlzycd20oq.pdf>.

9 Ver, por exemplo, Bond, P., “Beyond Sub-Imperial War, ‘Blood Methane’, and Climate-Debt Denialism” (The Thinker, 90, 2022), disponível online em https://journals.uj.ac.za/index.php/The_Thinker/article/view/1175/754; BankTrack et. al., “Who dares to finance Eni and Exxon’s dangerous Rovuma gas plans in Mozambique?” (2023), disponível online em https://www.banktrack.org/blog/who_dares_to_finance_eni_and_exxon_s_dangerous_rovuma_gas_plans_in_mozambique.

10 Ver, por exemplo, Bazbauers, A. R., and Engel, S. “The Global Architecture of Multilateral Development Banks: A System of Debt or Development?” (Routledge, 2021).

11 AFD and Peking University, PDBs database, disponível online em <https://www.nse.pku.edu.cn/dfidatabase/datavisualization/index.htm>.

12 Ver, por exemplo, Fine, B., “Social Capital Versus Social Theory: Political Economy and Social Science at the Turn of the Millennium.” (Routledge, 2001).

13 Ver, por exemplo, J.Dove, “The AIIB and the NDB: The End of Multilateralism or a New Beginning?” (The Diplomat, 2016), disponível online em <https://thediplomat.com/2016/04/the-aiib-and-the-ndb-the-end-of-multilateralism-or-a-new-beginning/>.

14 Parques Eólicos, Direitos Socioambientais e o Papel de Instituições Financeiras: O caso da Chapada do Araripe Conectas Direitos Humanos, 32pp. dezembro de 2023. <https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2023/12/o-caso-da-chapada-do-araripe-PT-ONLINE-versao-01-1.pdf>

15 Ver, por exemplo, Cravietto, N. and Meeks, P. (Eurodad), “Strings still attached: Unmet commitments on tied aid” (2021), disponível online em https://www.eurodad.org/unmet_commitments_tied_aid.



16 Ver, por exemplo, Latinoamérica Sustentable, “Understanding the China Development Bank” [hereinafter, “LAS-Understanding CDB”] (2021), disponível online em <https://latsustainable.org/wp-content/uploads/2022/02/LAS-BDC-Report-English.pdf>.

17 Dreher, A., Lang, V. F., and Richert, K., “The political economy of International Finance Corporation lending” (Journal of Development Economics, Volume 140, 2019), disponível online em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304387818307740>.

18 Ver, por exemplo, Counter Balance, “Going abroad: A critique of the EIB’s External Lending Mandate” (2016), disponível online em <https://counter-balance.org/publications/going-abroad-critique-of-the-eib-external-lending-mandate>.

19 Ver, por exemplo, Shalal, A., “Yellen urges development banks to mobilize private capital for G7 infrastructure push”, (Reuters, 2022), disponível online em <https://www.reuters.com/business/finance/yellen-urges-development-banks-mobilize-private-capital-g7-infrastructure-push-2022-04-29/>.

20 Ver, por exemplo, Heinrich Böll Stiftung, “The Other Infrastructure Gap: Sustainability” (2019), disponível online em <https://us.boell.org/en/2019/08/28/other-infrastructure-gap-sustainability>.

21 Ver, por exemplo, Yumnam, J., “Imphal Ring Road and violations” (E-Pao, 2022), disponível online em http://e-pao.net/epSubPageExtractor.asp?src=news_section.opinions.Imphal_Ring_Road_and_violations_By_Jiten_Yumnam; Reality of Aid Asia-Pacific / CSOs Aid Observatorio, “No road through our home” (2022), disponível online em <https://realityofaid.org/cso-aid-observatorio/the-platform/narratives/cso-campaigns/no-road-through-our-home>.

22 Em 2009, países ricos concordaram que até 2020 forneceriam a países de baixa e média renda US\$ 100 bilhões por ano em financiamento adicional para esforços de adaptação e mitigação da crise climática. Segundo a Care International, no entanto, “apenas 6% do financiamento climático fornecido entre 2011 e 2018 foram considerados novos e adicionais em relação aos compromissos de auxílio de desenvolvimento oficiais dos países ricos.” Ver: Care International, “That’s not new money” (2022), disponível online em <https://www.care-international.org/resources/thats-not-new-money-assessing-how-much-public-climate-finance-has-been-new-and-additional>.

23 Ver, por exemplo, Expert Panel of the Independent Review of Multilateral Development Banks’ Capital Adequacy Frameworks, “Boosting MDBs’ investing capacity” (2022), disponível online em https://www.dt.mef.gov.it/export/sites/sitdt/modules/documenti_it/news/news/CAF-Review-Report.pdf.

24 Ver, por exemplo, Watson, C. (ODI), Schalatek, L. (Heinrich Böll Stiftung), and Evéquoz, A., “The global climate finance architecture” (2022), disponível online em https://climatefundsupdate.org/wp-content/uploads/2022/03/CFF2-Global-CF-Architecture_ENG-2021.pdf.

25 Ver, por exemplo, Price of Oil, “Explainer: What the COP26 and G7 promises to stop funding fossils in 2022 mean for climate and communities” (2022), disponível online em <https://priceofoil.org/2022/07/28/explainer-what-the-cop26-and-g7-promises-to-stop-funding-fossils-in-2022-mean-for-climate-and-communities/>; World Bank, “Joint Statement by the Multilateral Development Banks at Paris, COP21” (2015), disponível online em https://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/document/Climate/Joint%20MDB%20Statement%20Climate_NOV%2028_final.pdf. LAS-Understanding CDB

26 Ver, por exemplo, Recourse and Banktrack, “IFC announces it will stop clients funding new coal projects” (2023), disponível online em https://www.banktrack.org/article/ifc_announces_it_will_stop_clients_funding_new_coal_projects.

27 Ver, por exemplo, ADB, “Energy Transition Mechanisms”, disponível online em <https://www.adb.org/what-we-do/energy-transition-mechanism-etm>; World Bank, “Coal Mine Closure and a Just Transition for All” (2020), disponível online em <https://www.worldbank.org/en/results/2020/11/10/coal-mine-closure-and-a-just-transition-for-all>.

28 Ver, por exemplo, Friends of the Earth International, “COP27 briefing: What’s at stake regarding false solutions?” (2022), disponível online em foei.org/publication/cop27-briefing-false-climate-solutions/.

29 Ver, por exemplo, Institute for Economic Justice, “Statement – Secretly-negotiated South African ‘climate finance deal’ a gift to private investors while choking local development” (2022), disponível online em <https://www.iej.org.za/statement-secretly-negotiated-south-african-climate-finance-deal-a-gift-to-private-investors-while-choking-local-development/>.

30 Ver, por exemplo, Asian Development Bank, “Update on ADB’s Energy Transition Mechanism” (April 2023), disponível online em <https://www.adb.org/news/features/update-energy-transition-mechanism-april-2023>.

31 Ver, por exemplo, NGO Forum on ADB, “For a Swift Closure of Cirebon Coal-Fired Power Project Unit 1” (2023), disponível online em <https://www.forum-adb.org/post/for-a-swift-closure-of-cirebon-coal-fired-power-project-unit-1>.

32 Ver, por exemplo, Fair Finance Asia and NGO Forum on ADB, “The Asian Development Bank’s Energy Transition Mechanism: Emerging Social, Environmental and Rights-Based Considerations.” (December 2022), disponível online em: https://fairfinanceasia.org/wp-content/uploads/2023/01/Report_FFA-NGO-Forum-on-ADB_The-Asian-Development-Banks-Energy-Transition-Mechanism-Emerging-Social-Environmental-and-Rights-Based-Considerations_final.pdf.

33 Ver, por exemplo, WALHI et al, “Request for Suspension of Loan Disbursement to Unit 2 and Responsible Action for the Early Retirement of Unit 1 in Cirebon Coal-Fired Power Plant Project, Indonesia” (2023), disponível online em https://walhi.or.id/uploads/buku/202305_Eng_Cirebon%20petition.pdf.



- 34** Ver, por exemplo, Big Shift Global, “World Bank Group and other major MDBs’ joint update on Paris alignment at COP27 lacks ambition on climate targets” (2022), disponível online em https://bigshiftglobal.org/MDBs_COP27_PA_Update.
- 35** Ver, por exemplo, NGO Forum on ADB, “Re: ADB’s Draft Guidance Note on Large Hydropower – Collective Civil Society Response” (2020), disponível online em <https://www.forum-adb.org/post/re-adb-s-draft-guidance-note-on-large-hydropower-collective-civil-society-response>.
- 36** Ver, por exemplo, Reality of Aid-Asia Pacific, “Feedback to the ADB’s Draft Guidance Note on Large Hydropower Plants” (2023), disponível online em <https://realityofaid.org/feedback-adb-hydropower-plants/>.
- 37** Ver, por exemplo, World Bank, Climate-Smart Mining: Minerals for Climate Action (2019), disponível online em <https://www.worldbank.org/en/topic/extractiveindustries/brief/climate-smart-mining-minerals-for-climate-action>; African Development Bank, “Introducing the Green Minerals Partners” (2022), disponível online em <https://www.afdb.org/en/news-and-events/introducing-green-minerals-partners-mining-indaba-session-reveals-africas-plan-cash-battery-and-electric-mineral-market-52160>
- 38** Ver, por exemplo, Business and Human Rights Resource Centre, “Transition Minerals Tracker”, disponível online em <https://www.business-humanrights.org/en/from-us/transition-minerals-tracker/>; Environmental Justice Atlas, “Mapping the mining impacts of the energy transition in the Americas”, disponível online em https://ejatlas.org/featured/met_america.
- 39** Ver, por exemplo, FARN, “Bancos multilaterales de desarrollo: la promoción minera para un modelo de transición energética” (2023), disponível online em <https://farn.org.ar/iafonline2023/articulos/3-3-bancos-multilaterales-de-desarrollo-la-promocion-minera-para-un-modelo-de-transicion-energetica>.
- 40** Ver, por exemplo, Asamblea Pueblos Catamarqueños en Resistencia y Autodeterminación (PUCARA), Fundación Ambiente y Recursos Naturales (FARN), Fundación Yuchan, and the Bank Information Center (BIC), “Sal de Vida: A risky lithium mining project in Argentina” (2023), disponível online em <https://farn.org.ar/wp-content/uploads/2023/05/Sal-de-Vida-A-risky-lithium-mining-project-in-Argentina.pdf>.
- 41** Ver, por exemplo, IFC, “Green Bonds”, disponível online em https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/corp_content/ifc_external_corporate_site/about+ifc_new/investor+relations/ir-products/grnbond-overvw; ADB, “Asia and the Pacific’s Climate Bank”, disponível online em <https://www.adb.org/climatebank>.
- 42** Ver, por exemplo, Lahrmedik, C., (Reality of Aid Asia-Pacific and CRA Manipur), World Bank’s Digitalization of Aid (2023), disponível online em <https://realityofaid.org/wp-content/uploads/2023/04/Deep-Dives-Digitalization.pdf>.
- 43** Ibid. (pp 13-14).
- 44** Ver, por exemplo, Coalition for Human Rights in Development, “Missing Receipts: Where did international financial institution’s Covid-19 funding go?” [hereinafter Missing Receipts] (2022), disponível online em <https://rightsindevelopment.org/missing-receipts/>.
- 45** Ver, por exemplo, Tan, C. “International Public Finance and COVID-19: A New Architecture is Urgently Needed” (IEL Collective, 2020), disponível online em <https://medium.com/iel-collective/international-public-finance-and-covid-19-a-new-architecture-is-urgently-needed-6a364c43141e>.
- 46** Ver, por exemplo, Marriott, A. (Oxfam International), “Sick development: How rich-country government and World Bank funding to for-profit private hospitals causes harm, and why it should be stopped” (2023), disponível online em <https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/2023-06/Full%20English%20report%20.pdf>; Taneja, A. and Sarkar, A. (Oxfam International), “First, do no harm: Examining the impact of the IFC’s support to private healthcare in India” (2023), disponível online em <https://www.oxfam.org/en/research/first-do-no-harm-examining-impact-ifcs-support-private-healthcare-india>.
- 47** During the Covid-19 pandemic, the World Bank designated USD 10.1 billion to financing for vaccine rollouts in 78 countries. See: “World Bank support for country access to Covid-19 vaccines”, disponível online em <https://www.worldbank.org/en/who-we-are/news/coronavirus-covid19/world-bank-support-for-country-access-to-Covid-19-vaccines>.
- 48** Ver, por exemplo “Missing Receipts” and Oxfam, “From catastrophe to catalyst” (2020), disponível online em <https://www.oxfam.org/en/research/catastrophe-catalyst>.
- 49** Ibid.
- 50** Ibid.
- 51** Ver, por exemplo, Mariotti, C. (Eurodad), “The policy lending doctrine: Development Policy Financing in the World Bank’s Covid-19 response” (2021), disponível online em https://www.eurodad.org/the_policy_lending_doctrine; “Missing Receipts”; Oxfam, “IMF paves way for new era of austerity post-COVID-19” (2020), disponível online em <https://www.oxfam.org/en/press-releases/imf-paves-way-new-era-austerity-post-covid-19>.
- 52** Ver, por exemplo, Akali, S.; Ekdawi, A., Medallo, J. S., “Opinion: We need to audit development banks’ role in pandemic response” (Devex, 2022), disponível online em <https://www.devex.com/news/opinion-we-need-to-audit-development-banks-role-in-pandemic-response-103420>; and Rockefeller Foundation, “Reimagining the Role of Multilateral Development Banks” (2021), disponível online em <https://www.rockefellerfoundation.org/report/reimagining-the-role-of-multilateral-development-banks>.



53 Ver, por exemplo, “Missing Receipts”.

54 Ver, por exemplo, Eurodad, “Flawed Conditions: the impact of the World Bank’s conditionality on developing countries” (2019), disponível online em <https://www.eurodad.org/flawed-conditions>.

55 Ver, por exemplo, Eurodad, “Our future is public: Why the IMF and World Bank must support public services” (2022), disponível online em https://www.eurodad.org/our_future_is_public_why_the_imf_and_world_bank_must_support_public_services.

56 Ver, por exemplo, ADB, “What are Policy-Based Lending and Sector Development Program?” (2021), disponível online em <https://www.adb.org/news/videos/what-are-policy-based-lending-and-sector-development-program>.

57 Ver, por exemplo, World Bank, “Managing Fiscal Risk in Colombia” (2020), disponível online em <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2020/12/01/managing-fiscal-risk-in-colombia>.

58 O IFC, por exemplo, aumentou seus compromissos de investimento em seis vezes desde 2002. De 2003 a 2012, os 15 membros da associação de Instituições Europeias de Financiamento do Desenvolvimento (EPDB) aumentaram suas carteiras em 160 por cento. O valor de Auxílio Oficial ao Desenvolvimento relatado na forma de fluxos de Instrumentos do Setor Privado (ISP) também está aumentando. Ver, por exemplo, Van de Poel, J. and Romero, M., J. (Eurodad), “Private finance for development unravelled” [hereinafter “Private finance for development unravelled”] (2014); Craviotto, N. and Caio, C. (Eurodad), “Time for Action: How private sector instruments are undermining aid budgets”, disponível online em https://www.eurodad.org/time_for_action.

59 Ver, por exemplo, Alexander, N. (Heinrich-Böll-Stiftung Foundation), “IMF and World Bank: Marching to a G20 Tune?” (2017), disponível online em <https://us.boell.org/en/2017/10/24/imf-and-world-bank-marching-g20-tune>; and Wilson, G. (World Bank), “Billions to trillions: Financing the Global Goals” (2015), disponível online em: <https://blogs.worldbank.org/voices/billions-to-trillions-financing-the-global-goals>.

60 Ver, por exemplo, Development Committee Discussion Note (prepared jointly by the World Bank et al.), “From billions to trillions: transforming development finance” (2015), disponível online em <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/622841485963735448-0270022017/original/DC20150002EFinancingforDevelopment.pdf>.

61 Ver, por exemplo, Bretton Woods Project, “Development to the rescue of finance – the Bank’s ‘cascade’ approach” (2017), disponível online em <https://www.brettonwoodsproject.org/2017/07/development-rescue-finance-banks-cascade-approach>.

62 Sibaja, F. (FARN), “Detrás del canje de deuda por acción climática” (2022), disponível online em https://farn.org.ar/wp-content/uploads/2022/09/DOC_DEUDA_FINAL-1.pdf.

63 Ver, por exemplo, Heinrich-Böll-Stiftung Foundation et al, “PPPs in energy infrastructure” (2022), disponível online em <https://us.boell.org/en/ppps-energy-infrastructure>; Public Services International, “African Activists Resist Corporate Water Privatisation as World Bank Meets” (2021), disponível online em <https://publicservicesinternational/resources/news/african-activists-resist-corporate-water-privatisation-as-world-bank-meets?id=12239&lang=en>; Public Services International, “Letter to the Asia Development Bank regarding the energy policy review” (2021), disponível online em <https://publicservicesinternational/resources/news/letter-to-the-asia-development-bank-regarding-the-energy-policy-review?id=11921&lang=en>; Eurodad, “History RePPEated II – Why Public-Private Partnerships are not the solution” [hereinafter History RePPEated II] (2022), disponível online em <https://www.eurodad.org/historyreppeated2>.

64 Ver, por exemplo, “History RePPEated II”; Wemos, “Dutch trade and aid in health” (2021), disponível online em https://www.wemos.nl/wp-content/uploads/2021/01/Wemos_Summary-brief-Dutch-Aid-and-Trade-in-Health_Jan-2021.pdf.

65 “History RePPEated II”.

66 Ver, por exemplo, The Economic and Social Rights Centre-Hakijamii and the Center for Human Rights and Global Justice at New York University School of Law, “Wrong Prescription: The Impact of Privatizing healthcare in Kenya” (2021), disponível online em https://chrgj.org/wp-content/uploads/2021/11/Report_Wrong-Prescription_Eng.pdf.

67 Ver, por exemplo, Didier, J. (Oxfam), “The World Bank has a tax havens problem” (2020), disponível online em <https://politicsofpoverty.oxfamamerica.org/the-world-bank-has-a-tax-havens-problem/>; “Private finance for development unravelled”.

68 Ver, por exemplo, Bretton Woods Project, “IMF and World Bank’s support for privatisation condemned by UN expert” (2018), disponível online em www.brettonwoodsproject.org/2018/12/imf-and-world-banks-support-for-privatisation-condemned-by-un-expert/.

69 Ver, por exemplo, “History RePPEated II”; Eurodad, “History RePPEated - How public-private partnerships are failing” (2018), disponível online em <https://www.eurodad.org/historyreppeated>; Bretton Woods Project, “Ghana’s Sankofa gas project – backed by World Bank – brings fiscal pain” (2020), disponível online em <https://www.brettonwoodsproject.org/2020/04/ghanas-sankofa-gas-project-backed-by-world-bank-brings-fiscal-pain>; World Bank and Public-Private Infrastructure Advisory Facility (PPIAF), “Toolkit for Public-Private Partnerships in Roads and Highways” (2009), disponível online em <https://ppiaf.org/sites/ppiaf.org/files/documents/toolkits/highways toolkit/6/pdf-version/1-15.pdf>; Salom, E. G., “The problem with Public-Private Partnerships and the role of the EU” (The Parliament, 2018), disponível online em www.theparliamentmagazine.eu/news/article/the-problem-with-publicprivate-partnerships-and-the-role-of-the-eu;



Institute for Economic Justice, Towards a Just Energy Transition, (Climate Finance Series, policy Brief 1, 2022), disponível online em <https://www.iej.org.za/wp-content/uploads/2022/11/IEJ-policybrief-ClimateFinance1.pdf>; Bayliss, K., Van Waeyenberge, E. "Unpacking the Public Private Partnership Revival" (Journal of Development Studies, 2017), disponível online em <https://eprints.soas.ac.uk/23702/1/unpacking-public-private-partnership-revival.pdf>.

70 Ver, por exemplo, Cordilha, C. A., "Financialisation and Public Health Systems: a new concept to examine ongoing reforms" (Économie et institutions, 2022), disponível online em <https://journals.openedition.org/ei/7418>.

71 Ver, por exemplo, Aalbers, M.B. "Financialization" in: D. Richardson et al (The International Encyclopedia of Geography: People, the Earth, Environment, and Technology; Oxford: Wiley, 2019), disponível online em <https://lirias.kuleuven.be/retrieve/532610>.

72 Ver, por exemplo, Standing, A. (Coalition for Fair Fisheries Arrangements), "Understanding the conservation finance industry", disponível online em <https://www.cffacape.org/publications-blog/understanding-the-conservation-finance-industry>.

73 Ver, por exemplo, Rowden, R. (Heinrich-Böll-Stiftung Foundation) "From the Washington Consensus to the Wall Street Consensus" (2019), disponível online em <https://us.boell.org/en/2019/10/11/washington-consensus-wall-street-consensus>.

74 Ibid.

75 Ver, por exemplo, Ludo Hekman, L. et al."The Hunger Profiteers" (2022), disponível online em <https://www.lighthousereports.com/investigation/the-hunger-profiteers/>; Bretton Woods Project, "Recipe for disaster: The IMF and World Bank's role in the financialisation of food and agriculture" (2020), disponível online em <https://www.brettonwoodsproject.org/2020/04/recipe-for-disaster-the-imf-and-world-banks-role-in-the-financialisation-of-food-and-agriculture/>; Mukpo, A. "Did Wall Street play a role in this year's wheat price crisis?" (Mongabay, 2022), disponível online em <https://news.mongabay.com/2022/07/did-wall-street-play-a-role-in-this-years-wheat-price-crisis/>; Kornher, L. and von Braun, J. (Center for Development Research, University of Bonn), The global food crisis will not be over when international prices are back to normal (ZEF Policy Brief 41, 2023), disponível online em https://www.zef.de/fileadmin/user_upload/ZEF_Policy_Brief_42.pdf.

76 Ver, por exemplo, Bretton Woods Project, "World Bank and IMF's response to global food crisis misses mark, as financial speculation drives food prices to historic highs", disponível online em <https://www.brettonwoodsproject.org/2022/07/world-bank-and-imfs-response-to-global-food-crisis-misses-mark-as-financial-speculation-drives-food-prices-to-historic-highs/>; Bretton Woods Project, "IFC approves loan to industrial agriculture producer in Brazil despite pleas for protection of sensitive grassland biome" (2022), disponível online em <https://www.brettonwoodsproject.org/2022/07/ifc-approves-loan-to-industrial-agriculture-producer-in-brazil-despite-pleas-for-protection-of-sensitive-grassland-biome/>; Bretton Woods Project, "India's new farm laws mirror international financial institutions' vision of agriculture" (2021), disponível online em <https://www.brettonwoodsproject.org/2021/03/indias-new-farm-laws-mirror-international-financial-institutions-vision-of-agriculture/>; Global Justice Now, "What is food sovereignty?", disponível online em <https://www.globaljustice.org.uk/our-campaigns/food/what-is-food-sovereignty/>.

77 Ver, por exemplo, Oxfam, "How development finance institutions can be transparent in their financial intermediary lending, and why they should be" (2018), disponível online em <https://oxfamlibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/620559/bp-financial-institutions-disclosure-161018-en.pdf>; Inclusive Development International and Oxfam, "Owning the outcomes: Time to make the World Bank Group's financial intermediary investments more accountable" (2016), disponível online em <https://oxfamlibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/620100/bn-ifc-owning-outcomes-031016-en.pdf?sequence=1>.

78 Ver, por exemplo, World Resources Institute, "Aligning Financial Intermediary Investments with the Paris Agreement" (2021), disponível online em <https://www.wri.org/research/aligning-financial-intermediary-investments-paris-agreement>.

79 Ver, por exemplo, Recourse, "Responsible Exit? Why the IFC cannot just walk away from harms its investment caused in Guatemala (2020), disponível online em <https://www.re-course.org/news/responsible-exit-why-the-ifc-cannot-just-walk-away-from-harms-its-investment-caused-in-guatemala/>; Recourse et al., "Coming Clean: can the IFC help end coal finance?" (2020), disponível online em https://re-course.org/old/wp-content/uploads/2020/10/Coming-clean-Can-the-IFC-help-end-coal-finance_FINAL-compressed.pdf; Inclusive Development International, "Outsourcing Development: Campaigning for transparency and accountability in financial intermediary lending", disponível online em <https://www.inclusivedevelopment.net/policy-advocacy/outsourcing-development-campaigning-for-transparency-and-accountability-in-financial-intermediary-lending/>.

80 Ver, por exemplo, "Private finance for development unravelled".

81 Ver, por exemplo, World Bank, "Just Transition Away From Coal to Attract Investment, Create New Jobs in Poland" (2022), disponível online em <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/12/15/just-transition-away-from-coal-to-attract-investment-create-new-jobs-in-poland>.

82 Ver, por exemplo, Greenpeace, "Health Impacts of Units 9-10 of the Jawa Coal-fired Power Plant in Banten, Indonesia" (2019), disponível online em <https://www.marketforces.org.au/wp-content/uploads/2019/12/Korean-Jawa-9-10-Health-Impacts-compressed.pdf>.



83 Ver, por exemplo, Asian People's Movement on Debt and Development, "Anti-coal groups hit South Korea's Kepco for continued support for overseas coal" (2020), disponível online em <https://www.apmdd.org/members/seasia/anti-coal-groups-hit-south-koreas-kepco-for-continued-support-for-overseas-coal>.

84 Ver, por exemplo, Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights (OHCHR), "Benchmarking Study of Development Finance Institutions' Safeguard Policies" (2023), disponível online em https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/issues/development/dfi/OHCHR_Benchmarking_Study_HRDD.pdf.

85 Ver, por exemplo, Independent Evaluation ADB, "Real-Time Evaluation of ADB's Safeguard Implementation Experience Based on Selected Case Studies" (2016), disponível online em https://www.adb.org/sites/default/files/evaluation-document/177678/files/safeguards-evaluation_6.pdf.

86 Por exemplo, em um caso no México, comunidades ameaçadas por um projeto de hidrelétrica proposto utilizaram o mecanismo de responsabilização da OPIC para facilitar um processo de resolução de disputas com a empresa e o governo, eventualmente levando ao cancelamento do projeto. Ver, por exemplo, Accountability Counsel, "Mexico: Oaxaca Hydroelectric", disponível online em <https://www.accountabilitycounsel.org/client-case/mexico-oaxaca-hydroelectric/>. Em outro caso, no Camboja, comunidades desabrigadas por uma ferrovia utilizaram um processo de responsabilização para garantir um pacote de indenização reparador de vários milhões de dólares, o que trouxe melhorias em meios de vida, infraestrutura e serviços básicos nos locais de reassentamento patrocinados pelo projeto. Ver, por exemplo, Inclusive Development International, "Cambodia: Securing redress for communities displaced by new railway system", disponível online em <https://www.inclusivedevelopment.net/cases/cambodia-adb-and-australia-financed-railway-project/>.

87 Ver, por exemplo, Bank Information Center et al., "Letter from CSOs to World Bank Group re: DPF Retrospectives, and DPF Policy Modernization" (2022), disponível online em https://bankinformationcenter.cdn.prismic.io/_bankinformationcenter/a19d92b7-7cca-42c0-95c1-7c56ba46e3b0_Mountfield+_DPF+Reform+CSO+Letter%2C+013122.pdf.

88 Ver, por exemplo Global Labor Justice-International Labor Rights Forum, "the the violation of workers' rights safeguards across different hotel investment in the International Finance Corporation's portfolio: disponível online em <https://www.iuf.org/wp-content/uploads/2023/02/Hotel-Workers-Rights-in-Development-Finance-REPORT.pdf>.

89 Ver, por exemplo, Coalition for Human Rights in Development, "Misplaced Trust: why development banks should not rely on their clients to address reprisal risks" (2023), disponível online em: <https://rightsinddevelopment.org/misplaced-trust/>.

90 Ver, por exemplo, International Union of Food, Agricultural, Hotel, Restaurant, Catering, Tobacco and Allied Workers' Association and Global Labour Justice - International Labor Rights Forum, "Hotel Workers' Rights in Development Finance: Realizing Performance Standard 2" (2023), disponível online em <https://www.iuf.org/wp-content/uploads/2023/02/Hotel-Workers-Rights-in-Development-Finance-REPORT.pdf>.

91 Ver, por exemplo, CIEL et al., "Joint CSO Statement Calls on IFC and MIGA to Strengthen its New Approach to Remedial Action Policy" (2023), disponível online em: <https://www.ciel.org/news/joint-cso-statement-calls-on-ifc-and-miga-to-strengthen-its-new-approach-to-remedial-action-policy/>.

92 Ver, por exemplo, OHCHR, "Remedy in Development Finance: Guidance and Practice" (2022), disponível online em <https://www.ohchr.org/Documents/Publications/Remedy-in-Development.pdf>.

93 Ver, por exemplo, Daniel, C., Genovese, K., van Huijstee, M. and Singh, S. (Eds.), SOMO, "Glass half full? The state of accountability of development finance" (2016), disponível online em <https://www.ciel.org/wp-content/uploads/2021/06/Glass-half-full.pdf>.

94 Ver, por exemplo, IDB Office of Evaluation and Oversight (OVE), "Evaluation of the Independent Consultation and Investigation Mechanism (MICI)" (2021), disponível online em <https://www.ecgnet.org/sites/default/files/Evaluation-of-the-Independent-Consultation-and-Investigation-Mechanism-MICI-2021.pdf>.

95 Ver, por exemplo, IFC and MIGA, "IFC/MIGA approach to remedial action" (2022), disponível online em <https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/5a975e12-f30c-4d78-90cd-6e52b992d77b/IFC-MIGA-Approach-to-Remedial-Action.pdf?MOD=AJPERES&CVID=opQ-ara>.

96 Ver, por exemplo, LAS-Understanding CDB

97 Ver, por exemplo, International Accountability Project, "In Practice: Information Disclosure atthe African Development Bank" (2021), disponível online em https://accountabilityproject.org/wp-content/uploads/2021/08/FINAL-In-Practice_-Information-Disclosure-at-the-African-Development-Bank-last-updated-5-Feb.pdf; Petkar, I. and Medello, J. (International Accountability Project), In Practice : Information Disclosure at IDB Invest" (2018), disponível online em <https://accountability.medium.com/in-practice-information-disclosure-at-idb-invest-a5a5406b2a5e>.

98 Ver, por exemplo, Coalition for Human Rights in Development, "Misplaced Trust: why development banks should not rely on their clients to address reprisal risks" (2023), disponível online em: <https://rightsinddevelopment.org/misplaced-trust/>.

99 Ver, por exemplo, OHCHR, "The World Bank is a Human Rights-Free Zone" – UN expert on extreme poverty expresses deep concern" (2015), disponível online em <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2015/09/world-bank-human-rights-free-zone-un-expert-extreme-poverty-expresses-deep>.



- 100** Ver, por exemplo, OHCHR, “Development finance institutions need proactive approach to remedy to avoid human rights violations – UN report” (2022), disponível online em https://www.ohchr.org/en/press-releases/2022/02/_development-finance-institutions-need-proactive-approach-remedy-avoid-human.
- 101** Ver, por exemplo, Recourse, “Ensuring green equity means equity for people and planet” (2021), disponível online em <https://www.re-course.org/news/ensuring-green-equity-means-equity-for-people-and-planet/>.
- 102** Ver, por exemplo, IFC, “Equator Principles Financial Institutions”, disponível online em https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics_ext_content/ifc_external_corporate_site/sustainability-at-ifc/company-resources/sustainable-finance/equator+principles+financial+institutions.
- 103** Ver, por exemplo, Civil Society FfD Group Submission to the UN Independent Expert on foreign debt and human rights on “International debt architecture reform and human rights”, disponível online em <https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/IEDebt/Int-debt-architecture-reform/Civil-Society-FfD-group-input-IDAreform-EN.pdf>.
- 104** Ver, por exemplo, Bretton Woods Project, “World Bank’s toxic Medupi loan leaves South Africans in the dark” (2019), disponível online em <https://www.brettonwoodsproject.org/2019/04/world-banks-toxic-medupi-loan-leaves-south-africans-in-the-dark/>; Bond, P. (CADTM), “BRICS New Development Bank Corruption in South Africa”, disponível online em <https://www.cadtm.org/BRICS-New-Development-Bank-Corruption-in-South-Africa>.
- 105** Ver, por exemplo, Accountability Counsel, “Haiti: Mining Laws”, disponível online em <https://www.accountabilitycounsel.org/client-case/haiti-mining-laws/>.
- 106** Ver, por exemplo, Brunswijck, G. (Eurodad), “Repeat Prescription: The impact of the World Bank’s Private Sector Diagnostic Tools on developing countries” (2020), disponível online em <https://www.eurodad.org/rerepeatprescription>.
- 107** Ver, por exemplo, International Labour Organization, “Reform of the reform in the Republic of Moldova: New law puts State Labour Inspectorate back in charge of occupational safety and health” (2021), disponível online em https://www.ilo.org/budapest/whats-new/WCMS_766135/lang--en/index.htm; Global Unions, “Support recovery through public investment for quality jobs, not more harmful austerity”, disponível online em https://www.ituc-csi.org/IMG/pdf/global_unions_statement_imf-wbg_10-2020_en.pdf; Voitkovska, I. and Lyutov, N., “Labour Inspections in Post-Soviet Countries: Reform or Collapse?” (International Journal of Comparative Labour Law and Industrial Relations 37, 2021), disponível online em https://www.researchgate.net/publication/353547525_Labour_Inspections_in_Post-Soviet_Countries_Reform_or_Collapse.
- 108** Ver, por exemplo, International Labour Organization, “Reform of the reform in the Republic of Moldova: New law puts State Labour Inspectorate back in charge of occupational safety and health” (2021), disponível online em https://www.ilo.org/budapest/whats-new/WCMS_766135/lang--en/index.htm.
- 109** O relatório “Doing Business” do Banco Mundial foi interrompido em 2021, embora muito do seu trabalho continue no âmbito do projeto “Business Enabling Environment”. See World Bank, “Business Enabling Environment”, disponível online em <https://www.worldbank.org/en/programs/business-enabling-environment>.
- 110** Ver, por exemplo, Society of International Development, “World Bank Riddled with Major Flaws: Doing Business Report is Just the Tip of the Iceberg” (2021), disponível online em <https://www.twn.my/title2/finance/2021/fi210906.htm>.
- 111** Ver, por exemplo, Bretton Woods Project, “Against regressive taxes and austerity: IMF and World Bank must pivot tax policies to support a just and green transition” (2023), disponível online em <https://www.brettonwoodsproject.org/2023/04/against-regressive-taxes-and-austerity-imf-and-world-bank-must-pivot-tax-policies-to-support-a-just-and-green-transition/>.
- 112** Ver, por exemplo, Recourse, Save the Natural Resource and Natural Green Alliance, “Analysis of Myanmar’s new World Bank Country Partnership Framework 2020-23 (2020) disponível online em <https://re-course.org/old/wp-content/uploads/2020/08/Myanmar-CPF-analysis-English.pdf>; Recourse et. al. “Civil society organizations from Kazakhstan demand inclusion in World Bank country strategy processes” (2019), disponível online em <https://www.re-course.org/old/news/civil-society-organizations-from-kazakhstan-demand-inclusion-in-world-bank-country-strategy-processes/>; Bank Information Center et al. “Analysis of Tajikistan’s new World Bank Country Partnership Framework 2019 - 2023 (2019), disponível online em https://re-course.org/old/wp-content/uploads/2019/10/tajikistan_eng_interactive.pdf
- 113** Ver, por exemplo, Bank Information Center, “Uganda Transport Sector Development Project (TSDP)”, disponível online em <https://bankinformationcenter.org/en-us/project/uganda-transport-sector-development-project-tsdp/>.
- 114** Ver, por exemplo, World Bank, “From Crisis to Green, Resilient, and Inclusive Recovery” (2021), disponível online em <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/36067/9781464817786.pdf>.
- 115** Ver, por exemplo, IFC, “Roundtable on Sustainable Palm Oil”, disponível online em https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/regprojects_ext_content/ifc_external_corporate_site/bacp/projects/projsummary_rspo.
- 116** Ver, por exemplo, International Accountability Project, “Back to development: a call for what development could be” (2017), disponível online em <https://accountabilityproject.org/wp-content/uploads/2017/09/IAP-Back-to-Development-Report.pdf>.
- 117** Ver, por exemplo, Borras, S. et al. (European Union, Policy Department, Directorate-General for External Policies),



“Land Grabbing and Human Rights: The Involvement of European Corporate and Financial Entities in Land Grabbing outside the European Union” (2016), disponível online em [https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/?EXPO_STU\(2016\)578007](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/?EXPO_STU(2016)578007); NGO Forum on ADB, “55 Years and Counting” (2023), disponível online em https://www.forum-adb.org/_files/ugd/898604_4b869b0a0cc14d55b82ba413c1b897ec.pdf?index=true; Geary, K. (Oxfam), “The suffering of others” (2013), disponível online em <https://www.oxfam.org/en/research/suffering-other>

118 Ver, por exemplo, Gender Action, “IFI’s rhetorical gender and climate promises” (2023), disponível online em <https://www.genderaction.org/pdf/IFIs-Rhetorical-Gender-Climate-Promises.pdf>.

119 Ver, por exemplo, Coalition for Human Rights in Development, Uncalculated Risks (2019), disponível online em <https://rightsindevelopment.org/uncalculatedrisks/>.

120 Ver, por exemplo, Coalition for Human Rights in Development, Unhealthy Silence (2021), disponível online em <https://rightsindevelopment.org/unhealthy-silence/>.

121 Ver, por exemplo, Yukhananov, A., “World Bank again criticized for investments in Honduras” (Reuters, 2014), disponível online em <https://www.reuters.com/article/us-worldbank-honduras-ficohsa/world-bank-again-criticized-for-investments-in-honduras-idUSKBN0GC04D20140812>.

122 Ver, por exemplo, International Expert Advisory Panel GAIPE, “Dam violence: the plan that killed Berta Cáceres” (2017), disponível online em <https://www.law.berkeley.edu/wp-content/uploads/2018/03/GAIPE-Report-English.pdf>.

123 Ibid.

124 Ver, por exemplo, NGO Forum on ADB, “55 Years and Counting” (2023), disponível online em https://www.forum-adb.org/_files/ugd/898604_4b869b0a0cc14d55b82ba413c1b897ec.pdf?index=true; Rich, B. (Bretton Woods Project), “Foreclosing the future: Examining 20 years of the World Bank’s environmental performance” (2013), disponível online em <https://www.brettonwoodsproject.org/wp-content/uploads/2013/10/At-Issue-Bruce-Rich-FINAL.pdf>.

125 Entre 1994 e 2009, os BMDs e ECAs financiaram ao menos 88 usinas de carvão novas ou expandidas. Nos últimos anos dessa janela, aproximadamente um terço do financiamento dos BMDs foi dedicado a áreas como energia, mineração, indústria e transporte, enquanto mais de um terço dos empréstimos de ECAs foram destinados a setores sensíveis ao clima, como energia, indústria, mineração e infraestrutura. Entre 2000 e 2019, 40% dos empréstimos internacionais do CDB e 36% do China Exim para “geração de energia” foram alocados a usinas de carvão e hidrelétricas grandes. Entre 2011-2016, 61% dos empréstimos do Banco Mundial para energia renovável apoiam a energia hidrelétrica, destrutiva para o clima, no lugar de novas fontes renováveis. Ver, por exemplo, Environmental Defense Fund, “Foreclosing the future” (2009), disponível online em https://www.edf.org/sites/default/files/9593_coal-plants-report.pdf; LAS-Understanding CDB; International Rivers, “The World Bank and dams” (2016), disponível online em https://archive.internationalrivers.org/sites/default/files/attached-files/intlriversfactsheetworldbanklending_2016_3.pdf.

126 Ver, por exemplo, Urgewald, “World Bank Annual Meeting: Bank invested over \$10.5 billion in fossil fuels since Paris Agreement” (2020), disponível online em <https://www.urgewald.org/en/medien/world-bank-annual-meeting-bank-invested-over-105-billion-fossil-fuels-paris-agreement>; World Resources Institute, “Aligning Financial Intermediary Investments with the Paris Agreement” (2020), disponível online em <https://www.wri.org/research/aligning-financial-intermediary-investments-paris-agreement>; Recourse, Ensuring green equity means equity for people and planet” (2021), disponível online em <https://www.re-course.org/news/ensuring-green-equity-means-equity-for-people-and-planet/>.

127 Ibid.

128 Ver, por exemplo, LAS, Understanding CDB.

129 Por exemplo, os empréstimos da Política de Desenvolvimento em resposta ao Covid-19 do Banco Mundial exigiram cortes nos salários do funcionalismo público em quatro países. Ver, por exemplo, Mariotti, C. (Eurodad), “The policy lending doctrine: Development Policy Financing in the World Bank’s Covid-19 response” (2021), disponível online em https://www.eurodad.org/the_policy_lendingDoctrine; Picciotto, T. and Thomas, V., “Opinion: The real problem in the World Bank’s Doing Business indicator” (Devex, 2021), disponível online em <https://www.devex.com/news/opinion-the-real-problem-in-the-world-bank-s-doing-business-indicator-101848>.

130 Ver, por exemplo, Secretariat of the United Nations Conference on Trade and Development on external debt sustainability and development, “External debt sustainability and development” (A/75/281, 2020), disponível online em https://unctad.org/system/files/official-document/a75d281_en.pdf; United Nations Conference on Trade and Development, “The paradox of finance-driven globalization” (2012), disponível online em https://unctad.org/system/files/official-document/uxiiipb2012d1_en.pdf; Tan, C. “International Public Finance and COVID-19: A New Architecture is Urgently Needed” (IEL Collective, 2020), disponível online em <https://medium.com/iel-collective/international-public-finance-and-covid-19-a-new-architecture-is-urgently-needed-6a364c43141e>.



ORGANIZAÇÕES CONTRIBUINTES E APOIADORAS

AbibiNsroma Foundation (ANF) - Gana

Accountability Counsel - Global

Alliance for Empowering Rural Communities - Gana

ALTSEAN-Burma - Myanmar / Tailândia

Appui aux Initiatives Communautaires de Conservation de l'Environnement et de Développement Durable, AICED - República Democrática do Congo

Asociación Ambiente y Sociedad - Colômbia

Bank Information Center - Estados Unidos

Both ENDS - Países Baixos

Bretton Woods Project - Reino Unido

Buliisa Initiative for Rural Development Organisation (BIRUDO) - Uganda

Center for Financial Accountability (CFA) - Índia

Center for International Environmental Law (CIEL) - Estados Unidos

Centre for Citizens Conserving Environment & Management (CECIC) - Uganda

Centre for Social Change, University of Johannesburg - África do Sul

Collectif des ONG œuvrant dans le secteur de Mines, Environnement et Électricité - República Democrática do Congo

Committee for Peace and Development Advocacy - Libéria

Conectas Direitos Humanos - Brasil

Conseil Régional des Organisations Non Gouvernementales de Développement (CRONGD)
- República Democrática do Congo

Derecho Ambiente y Recursos Naturales (DAR) - Peru

Don't Gas Africa - África

European Network on Debt and Development (Eurodad) - Europa

Foundation for Environmental Management and Campaign against Poverty (FEMAPO) - Tanzânia

Fundación Ambiente y Recursos Naturales (FARN) - Argentina

Fundación para el Desarrollo de Políticas Sustentables (FUNDEPS) - Argentina

Green Advocates International (GAI) - Libéria

Green Development Advocates (GDA) - Camarões

Green Leaf Advocacy and Empowerment Center - Nigéria

Indigenous Women Legal Awareness Group (INWOLAG) - Nepal

International Accountability Project (IAP) - Global

International Network for Economic, Social and Cultural Rights (ESCR-net) - Global

International Rivers - Global

Jamaa Resource Initiatives - Quênia

Jeunes Volontaires pour l'Environnement - Costa do Marfim

Kebekache Women Development & Resource Centre - Nigéria

Koalisi Rakyat untuk Hak atas Air (KRuHA) (People's Coalition for the Right to Water) - Indonésia

Latinoamérica Sustentable - América Latina

Lekeh Development Foundation - Nigéria

Lumière Synergie pour le Développement (LSD) - Senegal

NGO Forum on ADB - Filipinas



ONG Sustentarse - Chile

Otros Mundos/Chiapas - México

OT Watch - Mongólia

Pakistan Fisherfolk Forum - Paquistão

Plataforma Internacional contra la Impunidad - América Central

Protection International Mesoamérica - América Central

Reality of Aid-Asia Pacific - Ásia-Pacífico

Recourse - Países Baixos

Red Latinoamericana por Justicia Económica y Social (LATINDADD) - América Central

Society for Women and Youths Affairs (SWAYA) - Índia

Uganda Consortium on Corporate Accountability (UCCA) - Uganda

Women Action Towards Economic Development (WATED) - Tanzânia

350Africa.org - África

